

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

**Relatório de Gestão  
do Exercício de 2015**

Belém/PA  
2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da DN TCU 146/2015 e da Portaria TCU 321/2015.

Belém/PA  
Março/2016

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

ASCOM – Assessoria de Comunicação  
BPEq – Banco de professores-equivalentes  
CCC – Central de Contratos e Convênios  
CICLOPI – Ciclo de Oficinas para Orientar o Planejamento Estratégico Institucional  
CONSAD – Conselho de Administração  
CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CPA – Comissão Própria de Avaliação  
CPPAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar  
EBC – Empresa Brasil de Comunicação  
FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PLAIN – Planejamento Estratégico Institucional da UFRA  
PLS – Plano de Logística Sustentável  
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil  
PNE – Plano Nacional da Educação  
PNext – Plano Nacional de Extensão  
PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
PROAF – Pró-reitoria de Administração e Finanças  
PROEX – Pró-reitoria de Extensão  
PROGEP – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas  
PROPLADI – Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional  
REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SAF – Superintendência Administrativa e Financeira  
SDD – Sessão de Direitos e Deveres  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão  
SIGPRH – Sistema de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos  
SIMEC – Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará  
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia  
UPC – Unidade Prestadora de Contas

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

### TABELAS

Tabela – Programa Viver sem Limites_____	19
Tabela – Projeto Mulheres Agricultoras do Nordeste Paraense_____	20
Tabela - Prestação de Contas do Programa COM.TATO_____	21
Tabela – Demonstrativo dos tipos e quantidade de auxílios atendidos por campus/mês_____	24
Tabela – Valores aplicados nos diversos auxílios, no período de janeiro a dezembro de 2015_____	24
Tabela - Processos Administrativos cadastrados no CGU-PAD, 2010-2014_____	45
Tabela - Desempenho Financeiro_____	50
Tabela - Veículos de Transportes Institucional_____	64
Tabela - Média Anual de Quilômetros Rodados_____	64
Tabela - Idade Média da Frota_____	65
Tabela - Despesas de Manutenção_____	65
Tabela - Relação dos sistemas e a função de cada um deles_____	79
Tabela - Eventuais necessidades de novos sistemas de TI_____	80

## QUADROS

Quadro - Informações sobre área ou subunidades estratégicas	6
Quadro - Ação/Subtítulos 20RK – OFSS	16
Quadro - Ação/Subtítulos 20RJ – OFSS	17
Quadro - Ação/Subtítulos 20GK – OFSS	18
Quadro - Ação/Subtítulos 4002 – OFSS	23
Quadro - Ação/Subtítulos 8282 – OFSS	26
Quadro - Despesas por Modalidade de Contratação	28
Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa	30
Quadro – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	33
Quadro – Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no exercício de referência	34
Quadro – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	35
Quadro – Resumo da prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	36
Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002	37
Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002	39
Quadro - Força de Trabalho da UPC	56
Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva	56
Quadro – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC	57
Quadro – Despesas do Pessoal	59
Quadro – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	61
Quadro – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	62
Quadro – Composição de Quadro de Estagiários	63
Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC	66
Quadro – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	72
Quadro - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	72
Quadro - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	73
Quadro – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	74
Quadro – Contratos na área de TI	77
Quadro - Gestão Ambiental e Sustentabilidade	78
Quadro – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	79
Quadro – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	81
Quadro – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	84
Quadro – Despesas com Publicidade e Propaganda	92

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas\_\_\_\_\_ 93

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	1
<b>1. VISÃO GERAL DA UNIDADE</b>	2
1.1 Finalidades e Competências	2
1.2 Normas, Regulamento de Criação, Alteração, Funcionamento	4
1.3 Ambiente de Atuação	4
1.4 Organograma Funcional da UFRA	5
1.5 Macroprocessos Finalísticos	7
<b>2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</b>	13
2.1 Planejamento Organizacional	13
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	13
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	14
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	14
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultado dos Planos	14
2.3 Desempenho Orçamentário	15
2.3.1 Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	15
2.3.2 Ação/ Subtítulos – OFSS	15
2.3.3 Ações Não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar Não Processados	27
2.3.4 Despesas por Modalidade de Contratação	28
2.3.5 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	30
2.3.6 Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	33
2.3.7 Descentralização de Crédito dos Contratos de Repasse	34
2.4 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho	37
<b>3 GOVERNANÇA</b>	40
3.1 Descrição das Estruturas de Governança	40
3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	41
3.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	44
3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos	45
<b>4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>	46
4.1 Canais de Acesso ao Cidadão	46
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão	46
4.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	46
4.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade	47
4.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	47
<b>5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>	49
5.1 Informações sobre Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior	49
5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	50
5.2.1 Bens Móveis Adquiridos Antes de 2010	50
5.2.2 Estimativa de Vida Útil Econômica dos Bens Móveis	51

5.2.3 Amortização e Exaustão	51
5.2.4 Depreciação de Bens Imóveis	51
5.2.5 Avaliação/ Mensuração de Ativos e Passivos	52
5.2.5.1 Disponibilidades Financeiras	52
5.2.5.2 Créditos e Valores a Curto Prazo	52
5.2.5.3 Estoques	52
5.2.5.4 Impacto da Utilização de Normas	52
<b>5.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade</b>	<b>53</b>
5.3.1 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas	53
5.3.2 Conformidade Contábil	53
5.3.2.1 Descrição do Processo da Conformidade Contábil	53
5.3.2.2 Ocorrências Apontadas em 2015	54
5.3.2.3 Ocorrências Não Sanadas no Exercício de 2015	54
<b>5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas</b>	<b>55</b>
<b>6 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO</b>	<b>56</b>
<b>6.1 Gestão de Pessoas</b>	<b>56</b>
6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	56
6.1.2 Demonstrativos das Despesas com Pessoal	59
6.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	60
6.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	61
6.1.4.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	61
6.1.4.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	62
6.1.4.3 Análise Crítica dos Quadros sobre Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	63
6.1.4.4 Contratação de Estagiários	63
6.1.5 Terceirização Irregular de Cargos	63
6.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	63
6.1.7 Gestão de Precatórios	64
<b>6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura</b>	<b>64</b>
6.2.1 Gestão de Frotas de Veículos	64
6.2.2 Gestão de Patrimônio Imobiliário da União	66
6.2.2.1 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privada	66
6.2.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros	72
6.2.2.3 Informações sobre a infraestrutura física	72
<b>6.3 Gestão da Tecnologia da Informação</b>	<b>73</b>
<b>6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade</b>	<b>77</b>
<b>7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	<b>79</b>
<b>7.1. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</b>	<b>79</b>
7.1.1 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	81
<b>7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno</b>	<b>84</b>
<b>7.3 Informações sobre ações de publicidade e propaganda</b>	<b>91</b>

## APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) apresenta o seu Relatório de Gestão do exercício 2015. Além de ser elemento fundamental de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) é um instrumento de gestão que informa à sociedade as principais atividades desenvolvidas pela UFRA no exercício, contribuindo com o processo de transparência quanto aos atos políticos e administrativos e de respeito às leis, no sentido de dar amplo conhecimento à sociedade.

Desde o exercício 2014, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) passou a coordenar o processo de elaboração do relatório anual da Instituição. Adotando procedimentos que possibilitam a sistematização e a consolidação das informações pretende-se contribuir com a análise crítica dos resultados alcançados pelas ações desenvolvidas nas diversas áreas de atuação da Universidade.

Quanto à organização, à forma e ao conteúdo, este Relatório obedece às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

Não houve ocorrência dos itens: Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal; Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos; Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições e; Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário. E os conteúdos: Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 e Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, não são aplicáveis a esta UPC.

O exercício de 2015 foi marcado por um extenso período de greve que paralisou por quase cinco meses as atividades de ensino da maioria das instituições federais de ensino superior (IFES) no Brasil. Esse contexto, associado aos cortes orçamentários, provocou instabilidade nas atividades acadêmicas e, principalmente, no processo de consolidação dos *campi* da UFRA no interior do estado do Pará. As informações prestadas neste relatório refletem esse contexto e as dificuldades encontradas na consecução de metas do Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024 (PLAIN) da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

## 1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 1.1 Finalidades e Competências

Apoiada nos estudos sobre o perfil do profissional de ciências agrárias e o desenvolvimento local a partir da identificação de arranjos produtivos locais, a UFRA iniciou o seu processo de interiorização com a criação dos cursos de Engenharia Florestal em Santarém, Agronomia e Zootecnia em Parauapebas e Agronomia em Capitão Poço. Parauapebas e Capitão Poço se transformaram em *campus* da UFRA e o de Santarém na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A partir da experiência adquirida, com o apoio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6.096 de 14 de abril de 2007, a UFRA foi contemplada com recursos para a reestruturação acadêmica, criação de novos cursos de graduação e do *campus* de Paragominas. Os novos *campi* de Capanema e Tomé-Açu e os cursos de graduação foram criados com recursos do Ministério da Educação (MEC) já no âmbito do Plano Nacional da Educação (PNE 2011-2020).

A continuidade da expansão da UFRA até 2024 está fundamentada no seu Planejamento Estratégico Institucional (PLAIN 2014-2024), construído endogenamente com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade regional e que está alinhado, em termos de horizonte de tempo e metas, ao novo Plano Nacional de Educação (2014-2024). Assim, busca-se a consolidação da UFRA com sete *campi* situados nos municípios de Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas, Tomé-Açu e Tailândia, e cinco núcleos universitários nos municípios de Colares, Ourilândia do Norte, Santa Isabel do Pará, Ulianópolis e Viseu no estado do Pará.

A missão, visão, valores e princípios constituem a base de atuação das UFRA como agente de formação de profissionais com conhecimento interdisciplinar e humanista e de transformação da sociedade, a partir da educação superior, neste cenário de mudanças econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas da Amazônia e do Brasil.

O Planejamento Estratégico Institucional da UFRA (PLAIN 2014-2024) define a missão, visão, valores e princípios que atribuem sentido para o que a instituição faz no seu dia-a-dia e demarca a sua razão de ser e fundamenta suas ações.

#### **Missão**

Formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

#### **Visão**

Ser referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

#### **Valores**

- a) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – assegurar a integração sistêmica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão como diferencial na formação dos profissionais, produção e difusão de conhecimentos;
- b) Interdisciplinaridade – exercitar a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão, como processo de construção e desenvolvimento de novos conceitos, conhecimentos e aprendizados e na formação de cidadãos com visão holística dos problemas a enfrentar na vida profissional e convívio social;
- c) Transparência – tornar transparente as ações da atividade administrativa da instituição, mediante a divulgação e disponibilização das informações à sociedade;
- d) Responsabilidade social e ambiental – produzir conhecimento consciente da importância de compartilhar os resultados com a sociedade e com a valorização dos serviços ambientais produzidos pela natureza em benefício do bem-estar social;

- e) Dignidade e inclusão – garantir os princípios da dignidade e inclusão na educação superior aos portadores de necessidades especiais;
- f) Ética – respeito, integridade e dignidade aos seres humanos, com o fito de assegurar os princípios morais aos cidadãos em prol do bem comum;
- g) Cidadania – assegurar a liberdade, direitos e responsabilidades individuais e comunitárias;
- h) Cooperação – trabalhar para o bem comum da sociedade local, regional, nacional e internacional.

### **Princípios**

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito cultural, político, científico e socioambiental do pensamento reflexivo em ciências agrária, saúde e produção animal, biológicas, ciências sociais aplicadas, da informação e conhecimento, ciências humanas e da saúde, engenharias e outras que venham a ser introduzidas;
- b) Formar profissionais cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento e melhorias da qualidade de vida da sociedade brasileira, em específico do ambiente complexo da Amazônia, propiciando a formação continuada;
- c) Desenvolver pesquisa, tecnologia e inovação dentro do propósito da sustentabilidade por meio da integração dos sistemas econômicos e ambientais, sob a visão holística das relações entre o homem e o meio em que atua;
- d) Promover a extensão universitária, prestando serviços especializados à comunidade, sobretudo aos grupos sociais excluídos, e estabelecer um vínculo permanente e dinâmico de ações recíprocas para o desenvolvimento humano;
- e) Promover de forma permanente o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a integração das informações e conhecimento adquiridos numa dinâmica própria de ação e reação com os egressos e os demais grupos de interesse a que está vinculada;
- f) Tornar efetivo e ampliado os meios de comunicação e divulgação dos conhecimentos culturais, políticos, socioeconômicos, ambientais, técnicos e científicos, que formam o patrimônio da UFRA tem a ofertar para a humanidade, por meio do ensino presencial à distância, publicações dos resultados de pesquisa e extensão e todas as formas de comunicação ao alcance da Universidade.

## **1.2 Normas, Regulamento de Criação, Alteração, Funcionamento**

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) foi criada em 23 de dezembro de 2002, por meio da Lei nº 10.611. A UFRA nasceu da transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) que, por sua vez surgiu em 5 de dezembro de 1945 a partir da Escola de Agronomia da Amazônia, instituída por meio do Decreto Lei nº 8.290/1945.

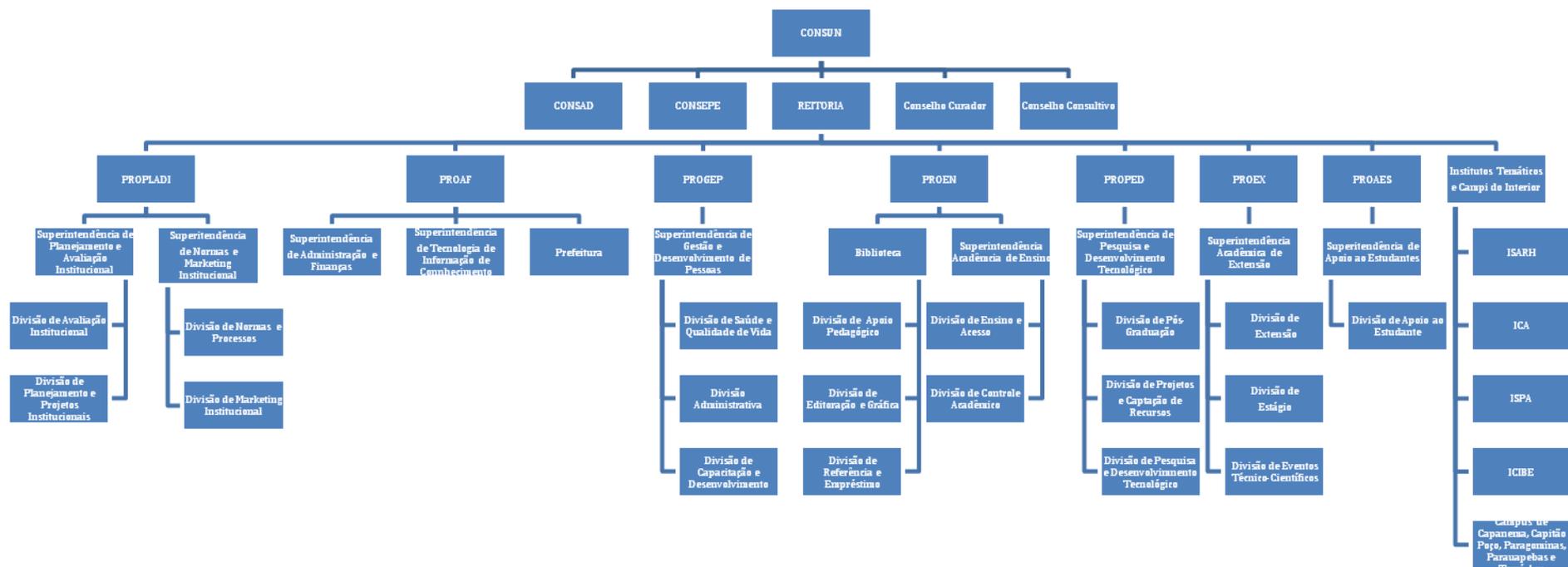
Com relação a normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas, a Universidade conta com suas competências e estrutura organizacional definidas no seu Estatuto, publicado através da Portaria nº 3.423 de 18 de Novembro de 2003.

## **1.3 Ambiente de Atuação**

Uma análise detalhada sobre o ambiente de atuação da UFRA configurado pelos ambientes interno e externo pode ser obtida no documento final do Planejamento Estratégico Institucional da UFRA (2014-2024) disponível na página:

[http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS\\_PROPLADI\\_PLAIN\\_UFRA\\_FINAL\\_14AGO2015.pdf](http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS_PROPLADI_PLAIN_UFRA_FINAL_14AGO2015.pdf)

## 1.4 Organograma Funcional da UFRA



**Quadro - Informações sobre área ou subunidades estratégicas**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI)	Responsável pelo planejamento e estratégias de desenvolvimento institucional	Antônio Cordeiro de Santana	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)	Responsável pela formulação e implementação da política de recursos humanos.	Maria Ronsângila Xavier Serique	Pró-Reitora	2015
Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF)	Responsável pela formulação e implementação pela política patrimonial e de controle orçamentário.	Simone Andréa Lima do Nascimento Baía	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES)	Responsável pela execução de ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, permanência e conclusão de curso de discentes de graduação.	Manoel Sebastião Pereira de Carvalho	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)	Responsável pela formulação e implementação das políticas de ensino de graduação e controle acadêmico.	Marcel do Nascimento Botelho	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED)	Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológicos e da pós-graduação.	Izildinha de Souza Miranda	Pró-Reitora	2015
Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	Responsável pela formulação e implementação das políticas e dos programas de extensão universitária, visando a interação da Universidade com a sociedade.	Djacy Barbosa Ribeiro	Pró-Reitor	2015

**Fonte:** PROPLADI/UFRA

## 1.5 Macroprocessos Finalísticos

As políticas e diretrizes estratégicas referentes aos macroprocessos finalísticos da UFRA são definidas pelos Conselhos Superiores, Reitoria e Pró-Reitorias. A execução é de responsabilidade dos Institutos e Campi, conforme o organograma apresentado no item “Organograma Funcional da UFRA”.

Assim, a busca da excelência acadêmica da Universidade está na convergência das ações de políticas entre as diferentes unidades da Instituição. O PLAIN 2014-2024 define as políticas que fundamentam os macroprocessos finalísticos da UFRA.

- **Política de Ensino**

A atividade de ensino da UFRA compreende a oferta de vagas nas modalidades da graduação em diversas áreas e pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado. O ensino de graduação dedica-se à formação de profissionais ajustados ao mercado de trabalho e às demandas da sociedade, primando pela qualidade das atividades que desenvolvem e estão conscientes de que devem contribuir para o aumento da produtividade dos sistemas de produção coletivos e privados e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estas ações de política são desenvolvidas pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN).

A metodologia de ensino e aprendizagem da UFRA exercita a interdisciplinaridade por meio dos eixos temáticos que dão a conformidade e dinâmica pedagógica a todas as matrizes curriculares dos cursos de graduação presenciais e a distância. Igualmente, incorpora os atributos de qualidades pessoais, ética profissional, economia e gestão de negócios, tecnologia da informação e conhecimento e práticas profissionalizantes. Além disso, a formação do profissional inclui conteúdo em todos os cursos para fornecer conhecimento aos estudantes sobre a realidade socioeconômica, ambiental, cultural e política no âmbito regional e nacional, pensamento crítico, cidadania ativa, trabalho em equipe, pensamento solidário e justiça social.

A UFRA avança ainda na contribuição para atender à demanda pelo ensino de graduação por meio do ensino à distância, que contribui para aumentar o número de vagas e tornar mais eficiente a ocupação dos espaços físicos e operar com racionalidade a distribuição da carga horária dos professores. Avança-se, também, na direção do estabelecimento de uma cultura midiática, inicialmente aplicada ao ensino e aprendizagem dos cursos de graduação em educação e informática oferecidos pela Universidade.

Em termos de escala, a UFRA é uma universidade pequena que estabeleceu nova trajetória de expansão para contribuir de forma mais efetiva com as diretrizes e metas do PNE 2014-2024, por isto convive com diversos cursos em fase de implantação e ainda não reconhecidos. Todavia, os que foram avaliados pelo MEC, todos receberam o credenciamento pela qualidade apresentada.

A qualidade do ensino será aferida com a implantação da política de avaliação sistemática dos cursos e do programa de capacitação continuada dos docentes, cujo perfil já reflete elevada qualificação, pois conta com 98% de mestres e doutores, sendo 55% doutores. Concomitantemente, a UFRA vai implantar a política de parceria e cooperação com as escolas do ensino médio e fundamental para a identificação de talentos, desenvolver a prática da iniciação científica e buscar a fidelização desses estudantes à UFRA e, por sua vez, contribuir para produzir um efeito demonstração dos

melhores alunos da escola pública que estão enquadrados na política afirmativa de quotas estabelecida pelo MEC.

A integração da UFRA ao programa Ciência sem Fronteiras é outro destaque da Universidade no aprofundamento da formação de profissionais com sólido conhecimento técnico e científico para atuar e contribuir de forma diferenciada na solução dos problemas econômicos, sociais e ambientais que envolvem a geopolítica da Amazônia.

Incentivo diferencial também deve alcançar os professores como elemento de estímulo para a fixação no interior, onde as condições dos serviços de saúde e educação de qualidade são precárias, assim como as deficiências em comunicação e transporte.

Na pós-graduação, os novos cursos serão focados nas dinâmicas do conhecimento que estão dando os contornos da formação acadêmica e do desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo necessários aos profissionais que irão atuar nos sistemas produtivos rurais e empresariais da Amazônia.

- **Política de Pesquisa e Inovação**

O cenário de reestruturação produtiva que envolve o desenvolvimento sustentável da Amazônia tem na ciência, tecnologia e inovação um eixo estruturante do progresso material e de bem-estar social para o conjunto da população amazônica e brasileira. A UFRA está inserida neste cenário e com raízes fincadas nas ciências agrárias, ciências ambientais, ciências da informação, ciências humanas e engenharias, que configuram áreas de domínio fundamentais para o desenvolvimento local e sustentável na Amazônia.

A UFRA tem sido uma das instituições protagonistas do desenvolvimento da Amazônia nas últimas seis décadas. Muitas das inovações tecnológicas em olericultura e fruticultura tropical, aproveitamento agrícola das várzeas e conhecimentos sobre os solos amazônicos e sobre a realidade socioeconômica e ambiental da região são devidas às iniciativas de professores e pesquisadores da Universidade e, atualmente, estão incorporadas os sistemas de produção e às políticas públicas de desenvolvimento regional.

A estruturação de grupos de pesquisa, ancorados nos programas de formação em nível de pós-graduação, orienta-se para gerar resultados científicos e tecnológicos sobre os problemas da Amazônia e dispõe de apoio diferenciado para a publicação de artigos em periódicos internacionais. Essa dinâmica ajuda a difundir o conhecimento gerado na Universidade e a caminhar na direção de criar referência e domínio de espaço nas áreas identificadas como pontos fortes e oportunidades para a UFRA. Estas atividades são conduzidas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED).

Para a próxima década os desafios na área de pesquisa e inovação tecnológica são ainda maiores, tendo em vista a estratégia de consolidação como Universidade *Multicampi* e com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação para além das Ciências Agrárias, permeado por um contexto que deve privilegiar um novo padrão de desenvolvimento regional, assentado no conceito de desenvolvimento sustentável.

Para fazer frente a esse desafio as estratégias são as seguintes:

- Formular e implementar programas, projetos e ações que contribuam para a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação da UFRA a partir da consolidação de redes e do fortalecimento dos grupos de pesquisa.

- Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento regional, valorizando biodiversidade da Amazônia e estimulando a inovação tecnológica e formação de recursos humanos para a inovação no âmbito empresarial.

- Implementar ações de redesenho de funções e processos na Incubadora da UFRA, visando adequar a sua estrutura em prol do fomento de empreendimentos solidários e sustentáveis.

- Implementar ações de redesenho de funções e processos no Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), visando estabelecer uma política consistente de patentes e proteção de propriedade intelectual na UFRA.

- Ampliar a oferta de bolsas de iniciação científica no Campus sede e, prioritariamente, nos *Campi* do interior, além de estabelecer uma política de formação do bolsistas a partir da oferta de cursos complementares em áreas estratégicas para a pesquisa, inovação e empreendedorismo.

- Criar informativos para divulgação interna e externa e popularização dos resultados de pesquisa desenvolvidos na UFRA, como forma de dar publicidade à sociedade sobre às ações pesquisa, inovação e desenvolvimento.

- Ampliar a oferta de recursos para financiar a publicação científica, envolvendo a produção de livros, capítulos de livros, coletâneas e traduções de artigos científicos, visando a publicação em periódicos internacionais de impacto.

- Criar instrumentos de avaliação de desempenho da pesquisa e dos grupos de pesquisa, visando gerar indicadores para a administração superior.

- Elaborar e dar publicidade aos critérios adotados na concessão de bolsas de iniciação científica, pós-graduação e de produtividade em pesquisa, garantindo a comunidade acadêmica e sociedade em geral o pleno conhecimento quanto a aplicação desses recursos.

#### • **Política de Extensão**

O Plano Nacional de Extensão (PNEExt) 2011-2020 pauta-se na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, respaldada a autonomia universitária. Esta política é coordenada pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX). A Extensão Universitária na UFRA é considerada como a atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e é responsável por fazer a integração entre a universidade e a sociedade.

As atividades de extensão da UFRA estão sendo alinhadas com a missão da UFRA e com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão. Também está implantando o processo de avaliação, análise e reflexão das atividades que desenvolve.

As atividades da Pró-reitoria de Extensão priorizam as chamadas públicas e propostas direcionadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas da educação, saúde animal, produção de alimentos em assentamentos rurais da reforma agrária, orientação técnica e organização das comunidades rurais e urbanas com vistas ao desenvolvimento de atividades geradoras de emprego e renda, empoderamento das mulheres no processo de decisão e melhoria das condições de vida.

Nesta gestão, esforço está sendo feito para alinhar suas ações às demandas da sociedade, de acordo com a necessidade de interação social por meio das atividades voltadas para as comunidades rurais e urbanas. Esforços estão sendo desenvolvidos para a formação de parcerias, através de convênios de cooperação técnicas com instituições regionais, nacionais e internacionais visando o desenvolvimento de projetos comuns e difusão dos resultados das atividades de extensão junto à sociedade.

A UFRA avança na integração social por meio de programas e projetos de extensão vinculados diretamente à organização social, ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas a partir da pesquisa-ação, além de contribuir para a solução de problemas comuns vivenciados pelos distintos atores sociais.

Até 2024 a UFRA contribuirá com o PNExt para que todos os discentes formados tenham registrados em seus currículos a participação em programas e/ou projetos de extensão. Assim estará influenciando diretamente a formação cultural das pessoas, a construção de capital social e o empoderamento das comunidades pobres no que concerne à busca das liberdades substantivas a que cada cidadão tem direito para uma vida digna com seus pares.

- **Política de Assuntos Estudantis**

A política de assuntos estudantis é desenvolvida na UFRA pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), cuja a missão é desenvolver ações institucionais para viabilizar o acesso, permanência e conclusão exitosa dos discentes dos cursos de graduação. O alcance desta missão está pautado no esforço de assegurar igualdade de oportunidades e oferecer a estrutura de apoio ao desempenho acadêmico, pessoal, social, emocional e profissional dos estudantes, de acordo com os princípios e diretrizes contidos no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se traduz em condição necessária para viabilizar a política do MEC de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A política estudantil da UFRA está alinhada às diretrizes do PNAES no sentido de viabilizar a permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica matriculado, contribuir para a melhoria de seu desempenho acadêmico para reduzir a retenção e evasão, por meio da assistência à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, creche e apoio pedagógico, bem como avaliar o desempenho do PNAES na Universidade.

Dessa forma, a PROAES procura proporcionar não somente a diplomação do estudante em tempo regular com a formação profissional e aptidão para o mercado de trabalho, mas também contribuir para a formação cidadã, conjugando os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos.

- **Política de Recursos Humanos**

A política de recursos humanos visa melhorar a qualidade de vida dos servidores, oferecendo condições para o crescimento profissional e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Universidade, mediante a criação de um ambiente orientado para promover a criatividade e a inovação dos talentos da UFRA. Esta política é conduzida pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

A política de formação, capacitação e avaliação de desempenho é o princípio fundamental da gestão de pessoas que, a partir de indicadores permite-se aferir a qualidade dos serviços prestados pelos servidores à sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Universidade.

A política de avaliação e reconhecimento das competências e valores dos servidores é o lema que resulta na criação de vantagens competitivas da UFRA. A gestão de pessoas está evoluindo rapidamente nesta direção, criando oportunidades para a capacitação e formação do corpo técnico da Universidade.

Assim, a Universidade está buscando a sinergia entre o desenvolvimento do corpo técnico da instituição, mediante a implementação da Gestão por Competência e o programa de treinamento e formação, oportunizados de acordo com as necessidades de desenvolvimento e habilidades dos servidores. Neste planejamento estratégico institucional, foram estabelecidos objetivos, metas e ações para tornar contínuo este processo de desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos e dos docentes que, juntos, fazem a UFRA caminhar de forma sustentável para alcançar sua missão.

- **Política de Cooperação Interinstitucional e Internacional**

As atividades de cooperação da UFRA com instituições regionais, nacionais e internacionais são desenvolvidas por meio de uma assessoria vinculada diretamente à reitoria da Universidade. A sua atribuição, como definido em Regimento é a seguinte:

“Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional tem a atribuição de articular-se com organismos do país e do exterior, no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação mútua com a Universidade, com vistas ao desenvolvimento de projetos e parcerias no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.”

A UFRA ainda não definiu a forma e os instrumentos para levar a cabo essa política de cooperação. De início, sabe-se que essa política não tem funcionado ao longo dos anos cobertos pelo diagnóstico situacional da instituição. Os resultados é que essa relação foi enquadrada como ponto fraco na percepção dos grupos de interesse.

Não obstante este resultado, a UFRA está empenhada em mudar a situação, alinhando os esforços para neutralizar essa fraqueza e transformá-la em uma das fortalezas para o desenvolvimento sustentável da Universidade.

A assessoria de Cooperação Internacional está empenhada em inserir a UFRA com parceira de instituições regionais, nacionais e internacionais por meio de convênio de cooperação para desenvolverem projetos de interesses comuns abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

- **Política de Gestão**

A política de gestão da UFRA, como regra nas Instituições de Ensino Superior (IES), segue o princípio do modelo de administração pública gerencial, que se vincula ao desenvolvimento tecnológico, abertura e expansão dos mercados e a dinâmica de globalização da economia. Assim, busca-se a identificação das demandas dos clientes, como fator indutor da melhoria da qualidade da formação acadêmica da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e dos serviços de extensão, bem como a eficiência e eficácia dos processos e atividades, mediante redução de tempo, melhoria da qualidade e flexibilidade das ações com vistas a obter ganhos de competitividade. Esta política é conduzida pelas Pró-reitorias de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) e de Administração e Finanças (PROAF), em plena interação com as demais pró-reitorias, unidades de gestão da UFRA e os grupos de interesse.

Neste contexto, a gestão segue o processo de racionalidade administrativa ao incluir as funções de planejamento e orçamento e adotar os princípios gerais de desagregação dos serviços em centros de custo e das ações envolvendo coordenação e controle, competência e tecnologia de informação para apoiar o processo da tomada de

decisão. Portanto, a gestão da UFRA está orientada para a obtenção de resultados, com indicadores de desempenho de todas as ações, de modo a demarcar sua trajetória de expansão multicampi pela eficiência no desempenho de suas atividades.

Com efeito, a UFRA avança na aplicação do modelo de governança horizontal da gestão pública, com vistas a aumentar a efetividade das contribuições e controles por parte dos grupos de interesse e representações institucionais, de modo a democratizar a gestão via compartilhamento de ideias a partir da integração entre os atores públicos e privados no processo de elaboração das políticas institucionais.

A gestão superior da UFRA administra suas unidades de acordo com os planos institucionais e com o apoio da comunidade representada em seus colegiados. A gestão dos recursos prioriza as atividades planejadas pelos institutos e *campi* em busca de resultados. Há empenho para modernizar a gestão por meio da utilização geral da tecnologia da informação e conhecimento, de modo a atender, de forma diferenciada e com qualidade, as pessoas.

A gestão da UFRA está em processo de evolução para alcançar plena democratização do desenvolvimento de suas atividades, ampliando a transparência, a interação participativa dos grupos de interesse e a racionalização da burocracia, com respeito ao meio ambiente, eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos e na condução das políticas internas que orientam o desenvolvimento sustentável da instituição.

## **2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

### **2.1 Planejamento Organizacional**

#### **2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício**

Em 2014 a UFRA elaborou e aprovou o seu Planejamento Estratégico Institucional para o período 2014-2024 (PLAIN). O PLAIN de uma universidade é um processo que não se faz sozinho, mas com a ação conjunta de todos os grupos de interesse da instituição para gerar, de forma compartilhada e contínua, o conhecimento profundo sobre os ambientes interno e externo em que opera, envolvendo os agentes externos (instituições, profissionais e a comunidade influenciada) e internos para definir objetivos, estabelecer metas e implantar as ações estratégicas capazes de alcançar sua missão e preservar seus valores. Se compreendido desta forma, o PLAIN pode gerar um resultado que é maior do que a soma dos esforços individualizados. Dessa forma, a UFRA pode tornar suas atividades competitivas e sustentáveis.

No planejamento estratégico, as estratégias criadas por meio das metodologias tradicionais já se transformaram em “consumo de massa” e exercem pouca ou nenhuma efetividade sobre as atividades a serem desenvolvidas. Uma das razões é a prevalência dos interesses individuais dos participantes das oficinas que apresentam ideias para o plano da instituição. Outra razão é que o nível de conhecimento dos ambientes internos e externos da instituição é baixo, o que torna as ações comprometidas na base.

Para contornar esse problema, a Análise Fatorial foi utilizada para dar conteúdo científico aos resultados do diagnóstico sobre o ambiente interno (pontos fortes e pontos fracos) e o ambiente externo (oportunidades e ameaças), definidos no âmbito da Matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), a partir de um questionário aplicado aos seguintes grupos de interesses: professores, alunos, instituições e egressos.

Os passos metodológicos adotados no PLAIN 2014-2024 da UFRA foram os seguintes:

- a) Realizar um Ciclo de Oficinas para Orientar o Planejamento Estratégico Institucional – CICLOPI, em que convidados externos apresentam palestras sobre temas vinculados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, cujas ideias subsidiaram a elaboração dos questionários que foram aplicados aos grupos de interesse;
- b) Elaborar e aplicar questionários para obter informações sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, na percepção dos grupos de interesse (alunos, professores, egressos, empregadores e instituições correlatas), e outras questões envolvendo cenários de desenvolvimento e políticas da educação;
- c) Aplicar da Análise Fatorial Exploratória para identificar as dimensões definidoras dos cenários, a partir da combinação das forças: i) fortalezas e oportunidades; ii) fortalezas e ameaças; iii) fraquezas e oportunidades; iv) fraquezas e ameaças;
- d) Eleger o cenário dinâmico para o desenvolvimento institucional, elaborar os objetivos, metas, ações e os critérios de avaliação de desempenho;
- e) Apresentar todos os resultados aos grupos de interesse por meio de seminários e das redes de comunicação, de forma a compartilhar a construção do PLAIN.

Os detalhes metodológicos sobre a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024 na UFRA podem ser acessados na página da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI):

<http://www.propladi.ufra.edu.br/index.php/ct-menu-item-7>

As ações e objetivos do exercício 2015 constam na seção Planejamento de cursos, recursos humanos e infraestrutura física dos campi da UFRA *multicampi* e podem ser visualizados no documento final do PLAIN 2014-2024, páginas de 77 a 93, disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

[http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS\\_PROPLADI\\_PLAIN\\_UFRA\\_FINAL\\_14AGO\\_2015.pdf](http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS_PROPLADI_PLAIN_UFRA_FINAL_14AGO_2015.pdf)

### **2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

O PLAIN 2014-2024 da UFRA está com todas as suas ações em atraso. O ano de 2015 foi atípico, pois além da crise econômica que resultou em cortes e forte restrição de recursos nos orçamentos das universidades, também ocorreu uma greve que durou mais de quatro meses, inviabilizando avanços na implementação das ações planejadas. Esse cenário requer adequações no PLAIN 2014-2024 para fazer frente a este novo cenário.

### **2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos**

O PLAIN 2014-2024 da UFRA atende às diretrizes do Plano Nacional de Educação 2014-2024 do Ministério da Educação, contemplando demandas, criando cursos e ofertando vagas em áreas com real potencial para a inserção dos profissionais formados no mercado e assim contribuir endogenamente para o desenvolvimento local e sustentável da Amazônia e do Brasil.

## **2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultado dos Planos**

Atualmente, o monitoramento da execução das ações em andamento na UFRA é efetuado apenas por meio de sistemas informatizados do Governo Federal como o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Apesar da importância destes instrumentos eles não permitem a integração plena entre os níveis estratégico, tático e operacional dentro da Universidade, principalmente, em função dos institutos e *campi* do interior não terem, até o momento, elaborado seus planos de ação individualizados e alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional 2014-2024.

## **2.3 Desempenho Orçamentário**

### **2.3.1 Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS**

*Este quadro deve ser preenchido apenas se a UPC executar a integralidade dos valores referentes à ação. Ou seja, caso a UPC não tenha a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação, mas apenas a um ou mais subtítulos dessa, deve se basear no quadro “Ação/Subtítulo – OFSS” (texto extraído do Manual de Orientações Suplementares do Ministério da Educação, pág. 13). Na maioria dos casos, as ações executadas pelas unidades vinculadas ao MEC são compartilhadas, ou seja, a unidade executa apenas parte do recurso daquela ação. Nesse caso, deverá preencher o quadro “Ação/Subtítulos – OFSS” (texto extraído do Manual de Orientações Suplementares do Ministério da Educação, pág. 15).*

Portanto, a UFRA não é responsável pela execução da integralidade da ação. Não há a necessidade do preenchimento desses quadros.

### **2.3.2 Ação/ Subtítulos – OFSS**

*Conforme entendimento do TCU, obtido via e-mail, foi confirmado que deverão ser tratados apenas ações da LOA vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA, não havendo necessidade de tratamento das ações vinculadas a programas de operações especiais e de gestão, manutenção e serviços ao estado... Salientamos que, no âmbito do MEC, os programas temáticos estabelecidos no PPA 2012/2015 são 2030 (Educação Básica), 2031 (Educação Profissional e Tecnológica) e 2032 (Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão). (texto extraído do comunica SIAFI 2016/0413748 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação em 22/02/2016 por Danillo Teixeira de Souza)*

**Quadro - Ação/Subtítulos 20RK - OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	10.26253.12.364.2032.20RK.0015 <b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição</b>	Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior						
<b>Iniciativa</b>	03GD						
<b>Objetivo</b>	0841						
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código:</b> 2032 <b>Tipo:</b> Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26253						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	17.395.816,00	17.395.816,00	16.759.142,80	15.330.853,79	14.935.765,09	395.088,70	1.428.289,01
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0015 - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	Estudante matriculado	unidade	6200	6200	5464		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	4.333.608,13	2.478.680,19	1.870,16	Estudante matriculado	unidade	5464	

Em relação a esta ação, avaliamos que sua execução proporcionou, também, a manutenção geral da Universidade Federal Rural da Amazônia, contribuindo para a execução das principais atividades de Ensino, Pesquisa e extensão. Todavia, o atraso na liberação de limites, por parte do Ministério da Educação, bem como, dotação aquém da demanda Institucional, dificultaram a execução da mesma.

Neste cenário, mister se fez, a readequação de despesas a fim de atender as necessidades de manutenção da Universidade, garantindo as ações de caráter contínuo. Logo, em que pese todas as dificuldades impostas pelo contingenciamento de limites,

entendemos que houve êxito na execução da referida ação, posto que a meta atingiu o percentual de execução de 90% do previsto.

**Quadro - Ação/Subtítulos 20RJ - OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	10.26253.12.368.2030.20RJ.0015 <b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição</b>	Apoio á Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
<b>Iniciativa</b>	02BQ						
<b>Objetivo</b>	0597						
<b>Programa</b>	Educação Básica <b>Código:</b> 2030 <b>Tipo:</b> Temático						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26253						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Apoio á Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará	636.494,00	636.494,00	-	-	-		
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0015 - Apoio á Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará	Projeto apoiado	unidade	13	13	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Apoio á Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará	18.861,45	216,50	-	Projeto apoiado	unidade	-	

A execução da meta está relacionada à disponibilidade orçamentária e limites para empenho. Logo, considerando o bloqueio total do crédito orçamentário previsto à referida ação, sua execução foi totalmente inviabilizada.

**Quadro - Ação/Subtítulos 20GK - OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	10.26253.12.364.2032.20GK.0015 <b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição</b>	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
<b>Iniciativa</b>	0390						
<b>Objetivo</b>	0803						
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código:</b> 2032 <b>Tipo:</b> Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26253						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 -Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará	398.473,00	398.473,00	131.297,43	119.297,43	119.297,43	-	12.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0015 -Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará	Iniciativa apoiada	unidade	4	4	3		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 -Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará	684.519,52	415.654,35	3598	Iniciativa apoiada	unidade	3	

A análise desta ação segue com as demonstrações das tabelas a seguir sobre os programas que foram realizados.

## PROGRAMA VIVER SEM LIMITES

Tabela – Programa Viver sem Limites

Programa	Ano	Grupo de Despesa	Dotação Recebida	Elemento de despesa	Dotação Executada	Saldo Devolvido
	2013	Custeio	R\$ 75.000,00	R\$ 3390,36 - Estagiários	R\$ 2.480,00	R\$ 72.520,00
Capital		R\$ 2.000.000,00	R\$ 4490,52 – Material Permanente	R\$ 337.276,75	R\$ 1.662.723,25	
2014	Custeio	R\$ 75.000,00	R\$ 3390,18 – Auxílio a Estudantes	R\$ 1.092,00	R\$ 72.908,00	
			R\$ 3390,36 - Estagiários	R\$ 1.000,00		
	Capital	R\$ 1.300.000,00	R\$ 4490,51 – Obras e Instalações	R\$ 1.291.112,80	R\$ 8.887,20	
2015	Custeio	R\$ 75.000,00	-	-	R\$ 75.000,00	
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 3.525.000,00</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 1.632.961,55</b>	<b>R\$ 1.892.038,45</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UFRA

**PROJETO MULHERES AGRICULTORAS DO NORDESTE PARAENSE: CONSTRUINDO NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA COM BASE AGROECOLÓGICA**

- Valor Total do Projeto: R\$ 99.993,00 sendo que o valor utilizado em 2015 foi de R\$ 71.243,55 correspondendo a 28,75%, sendo que todas as atividades previstas foram executadas;
- O Valor Total de MC – R\$ 21.000,00 foi remanejado para ST/PF;
- Passagens: utilizado o valor de R\$ 1.429,45 (29,8%) e o restante foi remanejado para outras rubricas (Diárias e ST/PF);
- Diárias: utilizado R\$ 12.233,70;
- ST/PJ: O valor de R\$ 8.000,00 foi remanejado para diárias;
- Bolsas: Utilizado o valor integral de R\$ 35.220,00;
- MP: O valor integral (R\$5.000,00) não foi utilizado por problemas operacionais de licitação.

**Tabela – Projeto Mulheres Agricultoras do Nordeste Paraense**

Coordenador	Projeto	Material de Consumo	Passagens	Diárias	ST/PF	ST/PJ	Bolsa	Encargos	Material Permanente	TOTAL
Henderson Gonçalves Nobre	Mulheres agricultoras do Nordeste Paraense:	-	R\$ 1.429,45	R\$ 12.233,70	R\$ 22.380,40	-	R\$ 35.200,00	-	-	R\$ 71.243,55
	Construindo novas relações de gênero a partir da organização Sócio-produtiva com base na agroecológica	R\$ 21.000,00	R\$ 4.800,00	R\$ 25.993,000	-	R\$ 8.000,00	R\$ 35.200,00	-	R\$ 5.000,00	R\$ 99.993,00

**Fonte:** Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UFRA

## **PROGRAMA COM.TATO: AÇÕES MULTICRIOLINARES VOLTADAS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Valor previsto desta ação:** R\$ 176.230,00

**Valor utilizado no Projeto:** R\$ 58.517,03

**Ações previstas e realizadas:** As atividades previstas foram todas realizadas e até mais estendidas do que o planejado, pois atividades como a de produção d composto orgânico foi realizado com muito êxito pelas participantes do projeto, e foi de extrema importância para a produção de mudas.

**Despesas previstas e não liquidadas:** Alguns materiais deixaram de ser adquiridos pela burocracia institucional.

Para o carro, por exemplo, que embora tenham sido feitos todos os trâmites necessários, não houve tempo hábil para a compra. Apesar de tais situações, o projeto cumpriu as atividades previstas. Foi feito um acordo com a Universidade Federal Rural da Amazônia que disponibilizaria o veículo e o projeto arcaria com sua manutenção e combustível.

Outro exemplo: não foi efetuada a compra da casa de vegetação, por seu valor real ser muito alto com relação ao valor previsto. Apesar de não ser o ideal para pessoas com deficiência, como solução, um espaço para o cultivo de mudas foi improvisado, e assim, as atividades previstas não foram prejudicadas.

**Tabela - Prestação de Contas do Programa COM.TATO**

<b>Rubrica</b>	<b>Valor Contemplado (R\$)</b>	<b>Valor após remanejamento (R\$)</b>	<b>Valor Utilizado (R\$)</b>	<b>Porcentual Utilizado (%)</b>
Material de Consumo	2.875,00	2.275,00	0,00	0
Passagens	3.000,00	2.308,00	2.307,08	76,9
Diárias	2.655,00	14.747,00	13.809,95	100
ST/PJ	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100
Bolsa	43.200,00	32.400,00	32.400,00	75
Material Permanente	114.500,00	114.500,00	0,00	0
<b>TOTAL</b>	<b>176.230,00</b>	<b>176.230,00</b>	<b>58.517,03</b>	<b>33,20</b>

**Fonte:** Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UFRA

**Remanejamentos:** Material de consumo para diárias (R\$ 600,00); Passagens para diárias (R\$ 692,00); Bolsas para diárias (R\$ 10.800,00)

### **O Projeto foi contemplado com:**

- R\$ 43.300,00 para bolsa. Foi feito o concurso em fevereiro de 2015, mas nem todas as vagas foram preenchidas. Foi realizado um segundo Edital, onde os alunos iniciaram em maio de 2015. Restaram algumas cotas de bolsa. Em virtude disso, foi solicitado o remanejamento para diárias no valor de R\$ 10.800,00, pois verificou-se que o recurso solicitado para diárias foi insuficiente.
- R\$ 2.875,00 em serviço de consumo. Porém a UFRA disponibilizou parte do material para o projeto, o que possibilitou remanejamento de R\$ 600,00 para diárias. A compra de material de consumo foi solicitada, porém não houve tempo para licitação.

- R\$ 3.000,00 em passagens. No total, foram comprados R\$ 2.308,00 em passagens, o que possibilitou um remanejamento de R\$ 692,00 para diárias.
- R\$ 10.000,00 em serviço de terceiros Pessoa Jurídica, para aquisição de armários e prateleiras. Porém a UFRA disponibilizou o material e o valor deste recurso foi remanejado para a aquisição de combustível e manutenção de veículo (Patrimônio 076993, Modelo Caminhonete Cabine Dupla, Diesel, Ano/Modelo 2011,2012, Mitsubishi MMC/L200, 4x4, GL, Placa NSQ 2665) que deu apoio às atividades do projeto.

**Quadro - Ação/Subtítulos 4002 - OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	10.26253.12.364.2032.4002.0015 <b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição</b>	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
<b>Iniciativa</b>	03GA						
<b>Objetivo</b>	0841						
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código:</b> 2032 <b>Tipo:</b> Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26253						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará	4.041.221,00	4.014.221,00	3.140.578,55	1.646.645,31	1.612.207,89	34.437,42	1.493.933,24
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0015 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará	Benefício concedido		unidade	3000	3000	2.492	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará	482.700,16	306.293,42	40,00	Benefício concedido	unidade	2.492	

Os recursos aplicados, expostos nas tabelas abaixo, são relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015. Os alunos atendidos são os remanescentes dos editais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 cujos orçamentos são relativos a esse ano de 2015.

**Tabela – Demonstrativo dos tipos e quantidade de auxílios atendidos por campus/mês**

Auxílio/ Campus	Belém	Capitão Poço	Paragominas	Parauapebas	Capanema	Tomé- Açu	Total de Alunos
Moradia	126	89	85	90	102	06	498
Creche	26	09	23	09	05	0	72
Transporte	253	50	77	49	54	02	485
Alimentação	854	121	109	82	104	19	1.289
Apoio Pedagógico	53	28	12	0	29	01	123
Auxílio Emergencial	-	-	-	-	-	-	25
<b>TOTAL</b>	<b>1312</b>	<b>297</b>	<b>306</b>	<b>230</b>	<b>294</b>	<b>28</b>	<b>2.492</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/UFRA

**Tabela – Valores aplicados nos diversos auxílios, no período de janeiro a dezembro de 2015**

Auxílio/ Campus	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$/ Mês	Valor Total em R\$/ Ano
Moradia	330,00	164.340,00	1.972.080,00
Creche	250,00	18.000,00	216.000,00
Transporte	80,00	38.800,00	465.600,00
Alimentação	100,00	128.900,00	1.546.800,00
Apoio Pedagógico	200,00	24.600,00	295.200,00
Auxílio Emergencial	500,00	12.500,00	150.000,00
Auxílio para Congresso	500,00	15.000,00	180.000,00
Auxílio para subsidiar Ônibus para Eventos	-	20.000,00	240.000,00
Bolsa Esporte	200,00	12.000,00	144.000,00
Alimentação para Restaurante Universitário	-	76.333,00	915.996,00
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>378.243,00</b>	<b>6.125.676,00</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/UFRA

A UFRA é uma das Universidades Federais com o menor recurso do PNAES entre todas as IFES. Com isso para tentar atender o maior número de estudantes em vulnerabilidade econômica, estipulamos um valor baixo para as modalidades de bolsas, para tentar atingir o maior número de estudantes possíveis.

Ainda consideramos exíguo o valor destinado aos diversos auxílios para os nossos alunos, principalmente porque esta Instituição está amplamente em expansão com o número de campus, (que hoje são cinco no total), cursos e conseqüentemente de alunos em crescimento.

Esta baixa disponibilidade financeira provoca um contingenciamento na distribuição dos montantes por tipo de assistência estudantil, principalmente para os estudantes do interior do estado que mais necessitam de auxílio e onde mais tem crescido a nossa Universidade.

A UFRA necessita com urgência de aumento no valor dos recursos do PNAES, para tentar minimizar a grande demanda de alunos em vulnerabilidade socioeconômica, com necessidades emergenciais para continuar em seus cursos de graduação e evitar a evasão, que é o grande objetivo do Programa PNAES.

Quanto aos “Restos a Pagar”, tem sido constante a transferência de valores de um ano para o outro subsequente, porque o volume das verbas disponibilizado pelo MEC sempre chega nos meados do 1º semestre letivo, quando temos então condições de lançar os editais com as respectivas dotações de valores por auxílio.

Até o ano de 2013, tínhamos quatro tipos de auxílios (moradia, creche, transporte e alimentação), em 2015, acrescentamos mais quatro (auxílio emergencial, auxílio pedagógico, auxílio para congresso, auxílio para subsidiar ônibus para eventos estudantis e bolsa esporte), por entendermos no momento serem as principais demandas de nossos alunos, porém, se o orçamento for aumentado, com certeza outros tipos de auxílios poderão ser incorporados a estes.

**OBS<sup>1</sup>:** É importante ressaltar, que neste ano de 2015, o orçamento do PNAES (R\$ 4.460.513,00), não deu para cumprir todas as despesas necessárias para manutenção das principais exigências mínimas dos estudantes, conforme mostrado na tabela acima (R\$ 6.125.676,00), ficando com um déficit de R\$ 1.665.163,00 (Hum milhão seiscentos sessenta e cinco mil cento e sessenta e três reais), portanto, a UFRA precisa com urgência de aumento nas verbas do PNAES, de pelo menos 50% do valor atual, pois se não, temos que reduzir o número de bolsas, que já é pequena, atingido apenas 18% dos alunos da Instituição, para um patamar ainda menor, o que vai ser muito ruim para os alunos e consequentemente para toda a Universidade, indo de encontro com o objetivo do Programa.

**OBS<sup>2</sup>:** O relatório financeiro do SIMEC, enviado pelo setor financeiro da UFRA, não contempla todos os dados de despesas com auxílios para os alunos, uma vez que o mesmo foi enviado sem o término da computação de todos os dados dos auxílios como são mostrados nas tabelas 1 e 2, onde no relatório enviado pelo setor financeiro a meta atingida foi de **1.230**, enquanto os dados reais mostram que a meta foi **2.492**, ou seja, praticamente a meta programada para o ano.

**Quadro - Ação/Subtítulos 8282 - OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	10.26253.12.364.2032.8282.0015 <b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Descrição</b>	Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior						
<b>Iniciativa</b>	03GD						
<b>Objetivo</b>	0841						
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código:</b> 2032 <b>Tipo:</b> Temático - Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26253						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	18.567.828,00	18.567.828,00	15.273.470,33	11.874.704,53	9.202.960,54	2.671.743,99	3.398.765,80
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0015 - Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	Projeto viabilizado	unidade	7	7	7		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	17.207.813,57	8.738.159,52	12.694,77	Projeto viabilizado	unidade	7	

Em relação a ação 8282, avaliamos que sua execução proporcionou a manutenção geral da UFRA, fomentando a efetivação de suas principais atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Mas, alguns fatores dificultaram a sua execução, dentre

eles: os prazos demandados para realização de licitações, em certos casos licitações desertas e conseqüentemente frustradas, que, por conseguinte retardaram a assinatura de contratos e conseqüentemente a execução de serviços. Ademais, a necessidade de diligências junto ao Ministério da Educação para esclarecimentos quanto a liberação de limites para empenho, que em razão do cenário vivenciado pelo país, não tiveram regularidade no repasse, provocaram dificuldade na execução desta ação. Todavia, os fatores administrativos que contribuíram para execução da ação, dizem respeito a vigência dos contratos que albergaram os serviços de fornecimento de água, energia elétrica, serviços de vigilância ostensiva, serviços de limpeza e conservação, serviços de atividades auxiliares, serviços administrativos, telefonia móvel e fixa, serviços de correio, serviços de publicidade oficial, serviços de coleta de lixo patológico e orgânico, serviços de manutenção de equipamentos, dentre outros.

### **2.3.3 Ações Não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar Não Processados**

*Este quadro somente deverá ser preenchido se a UPC tiver executado no exercício e a título de restos a pagar não processados, ações não previstas na LOA do exercício de referência do relatório, isto é, se ela tiver executado recursos de RP Não Processados, em 2015, de ações que já não existam, ou seja, que não estavam na LOA 2015. Este quadro aplica-se também, para o caso de restos a pagar referentes a ações que na Lei Orçamentária 2015, tenham sofrido alteração em sua identificação, título ou código. A UPC poderá, em texto explicativo do quadro, informar a nova denominação da ação no exercício do relatório de gestão, caso existente, bem como explicitar se a ação atual resulta da fusão de outras ações consignadas em leis orçamentárias anteriores. (texto extraído do Manual de Orientações Suplementares do Ministério da Educação, págs. 17 e 18).*

## 2.3.4 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro - Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária:UFRA	Código UO: 26253		UGO: 153034	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>14.330.828,42</b>	<b>24.110.093,52</b>	<b>14.330.828,42</b>	<b>23.225.015,65</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	618.602,58	-	618.602,58
c) Concorrência	151.065,31	3.383.072,67	151.065,31	3.383.072,67
d) Pregão	14.179.763,11	20.108.418,27	14.179.763,11	19.223.340,40
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>11.842.317,04</b>	<b>5.563.015,37</b>	<b>11.842.317,04</b>	<b>5.068.295,21</b>
h) Dispensa	11.560.950,91	4.803.612,82	11.560.950,91	4.381.709,82
i) Inexigibilidade	281.366,13	759.402,55	281.366,13	686.585,39
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>127.399.138,06</b>	<b>98.126.017,50</b>	<b>127.399.138,06</b>	<b>98.092.200,80</b>
k) Pagamento em Folha	126.506.467,23	96.971.296,07	126.506.467,23	96.937.479,37
l) Diárias	892.670,83	1.154.721,43	892.670,83	1.154.721,43
<b>5. Outros</b>	<b>10.433.454,25</b>	<b>8.989.797,17</b>	<b>10.433.454,25</b>	<b>8.989.527,14</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>164.005.737,77</b>	<b>136.788.923,56</b>	<b>164.005.737,77</b>	<b>135.375.038,80</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído em: 07/03/2016

No que se refere ao item Contratações Diretas, as despesas de compras e contratações de serviços realizadas por esta IFES, ocorreram com fundamento no artigo 24, incisos I, II, IV, VIII, X, XIII e XXII da Lei 8.666/93, sendo que o valor contratado, em nenhuma das hipóteses, excedeu aos limites estabelecidos na referida lei, especialmente, no que tange aos incisos I e II, não ensejando, portanto, fracionamento de despesas.

Quanto ao item pertinente a Pagamento de Pessoal, observa-se que dentre as modalidades de contratação realizadas, a que possui maior expressão de gastos refere-se ao **Pagamento em Folha**, totalizando o montante de R\$ 126.506.467,23 (cento e vinte e seis milhões, quinhentos e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos) em valores pagos no ano de 2015.

No que tange ao item referente à Modalidade de Licitação, esta IFES efetivou pagamentos decorrentes de serviços contratados por meio das modalidades Concorrência Pública e Pregão. Sendo que para o primeiro, liquidou no exercício de 2015 o valor de R\$ 151.065,31 (Cento e cinquenta e um mil, sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) e, para o segundo, o montante de R\$ 14.179.763,11 (Quatorze

milhões, cento e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e três reais e onze centavos), no mesmo exercício financeiro.

Ao compararmos os exercícios financeiros de 2014 e 2015, no item Pagamento em Folha obtivemos um aumento aproximado de 31% nos valores pagos em 2015. Quanto a modalidade Pregão, houve uma queda de aproximadamente 27%, em relação a 2014, fato este que justifica-se pelo cenário econômico de dificuldades enfrentadas pelo país no exercício de 2015.

## 2.3.5 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: UFRA					Código UO: 26253		UGO: 153034	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Pessoal</b>								
<i>3190.11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil</i>	81.949.334,27	73.210.880,08	81.949.334,27	73.210.880,08	-	-	81.949.334,27	73.210.880,08
<i>3190.01 - Aposentadoria, reserva remunerada e reformas</i>	19.573.037,70	18.158.804,12	19.573.037,70	18.158.804,12	-	-	19.573.037,70	18.158.804,12
<i>Demais elementos do grupo</i>	24.984.095,26	22.517.058,71	24.984.095,26	22.517.058,71	-	-	24.984.095,26	22.517.058,71
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
<i>3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica</i>	-	-	-	-	2.536.634,50	2.022.473,09	-	-
<i>3390.30 - Material de consumo</i>	-	-	-	-	1.073.418,79	1.048.785,99	-	-
<i>3390.33 - Passagens e despesas com locomoção</i>	-	-	-	-	479.285,85	478.384,68	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	342.981,51	343.201,29	-	-
<i>3390.37 - Locação de mão-de-obra</i>	16.999.090,71	17.532.170,35	16.962.263,12	17.530.398,30	-	-	14.785.621,88	17.511.106,58
<i>3390.39 - Serviços de terceiros - pessoa jurídica</i>	13.006.384,08	7.462.992,85	6.784.215,63	5.440.519,76	-	-	6.084.031,51	5.294.865,55
<i>3390.46 - Auxílio alimentação</i>	3.446.640,96	3.401.132,30	3.446.640,96	3.401.132,30	-	-	3.446.640,96	3.401.132,30
<i>3390.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes</i>	2.520.052,49	3.035.644,83	2.070.052,49	2.694.435,37			2.070.052,49	2.694.435,37
<i>Demais elementos do grupo</i>	7.954.420,01	8.667.571,56	6.829.480,77	7.140.400,89	-	-	6.754.446,91	9.681.767,11
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>								
<i>4490.51 - Obras e instalações</i>	3.298.897,84		-		-	-	-	

<i>Demais elementos do grupo</i>	1.434.526,16	-	-	-	-	-	-	-
4490.39 - <i>Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica</i>			1.064.799,99				916.634,60	
<i>Demais elementos do grupo</i>			341.817,58				340.572,08	
4490.51 - <i>Obras e instalações</i>	-	-	-	-	4.985.668,21	4.985.668,21	-	-
4490.52 - <i>Equipamentos e material permanente</i>	-	-	-	-	4.776.077,01	3.073.061,21	-	-
4490.37 - <i>Locação de mão-de-obra</i>	-	-	-	-	778,00	778,00	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
4490.52 - <i>Equipamentos e material permanente</i>		8.517.079,20		5.444.017,99				4.372.929,02
4490.51 - <i>Obras e instalações</i>		6.152.439,17		1.166.770,96				1.025.523,54
4490.37 - <i>Locação de mão-de-obra</i>		10.678,00		9.900,00				
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído em: 07/03/2016

Observa-se no quadro em questão que o grupo de despesa com maior montante empenhado em 2015 é o de Pessoal, representado 72,22% do total de R\$ 175.166.479,48 (cento e setenta e cinco milhões, cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos) seguido de Outras Despesas Correntes, com 25,08% e, por fim, Investimentos com 2,70%.

Assim como no ano de 2014, o elemento de despesa Locação de Mão-de-Obra é o item com maior montante empenhado no que tange ao grupo de despesas correntes. Este item compõe os serviços de limpeza e conservação, apoio administrativo e sobretudo, vigilância armada.

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica é o segundo elemento de despesa com maior montante empenhado dentro do grupo de despesas correntes. O serviço mais representativo neste elemento é o fornecimento de energia elétrica. Se compararmos os exercícios de 2014 e 2015, evidenciamos um aumento substancial em torno de 75% nesta natureza de despesa 3390.39 (Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica).

No grupo de despesa investimentos o elemento de despesa com maior montante empenhado é o que se refere a despesas com obras e instalações, que integralizou o valor de R\$ 3.298.897,84 (três milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos). Quando compararmos os dois exercícios – 2014 e 2015, evidenciamos a significativa queda no aporte de recursos para investimentos. Em 2014, o montante empenhado foi de R\$ 14.680.196,37 (quatorze milhões, seiscentos e oitenta mil, cento e noventa e seis reais

e trinta e sete centavos). Já em 2015, o montante não passou de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) o que representa uma queda de aproximadamente 68% do total empenhado neste grupo.

### 2.3.6 Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	14.194.843,87	10.340.351,61	2.461,00	3.852.031,26
2013	10.351.633,83	3.009.256,41	3.498,90	7.338.878,52
2012	738.500,25	14.914,00	17.143,03	706.443,22
2011	766.639,04	122.715,00	545.747,51	98.176,53
2010	215.563,55	114.150,55	70.704,37	30.708,63
2009	37.161,19	2.269,45	34.889,15	2,59
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.547.529,48	1.546.749,11	780,37	-0,00
2013	1.957.381,68	1.957.111,68	270,00	0,00
2012	144.108,29	143.419,88	688,41	0,00
2011	932,79	539,00	393,79	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial  
Extraído em: 07/03/2016

O quadro contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão, bem como saldo apurado no dia 31/12/2015. Os dados subdividem-se em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

Em 01/01/2015, a Universidade possuía R\$ 26.304.341,73 (vinte e seis milhões, trezentos e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos) inscritos em RP não Processados e R\$ 3.649.952,24 (três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos) inscritos em RP Processados, os quais somados totalizavam R\$ 29.954.293,97 (vinte e nove milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos), que representa aproximadamente 60% do montante inscrito, demonstrando desta feita, a atuação da Instituição quanto a política de redução dos saldos de restos a pagar.

### 2.3.7 Descentralização de Crédito dos Contratos de Repasse

**Quadro – Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no exercício de referência - Posição em 31.12.2015**

Universidade Federal Rural da Amazônia									
CNPJ: 05.200.001/0001-01					UG/GESTÃO: 153034				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
3	01/2014	-	-	-	-	36.000,00	05/03/2014	05/03/2015	-
3	02/2014	-	-	-	-	257.520,00	01/07/2014	01/07/2015	-

LEGENDA:  
**Modalidade:** 1- Convênio; 2- Contrato de Repasse; 3- Termo de Cooperação; 4- Termo de Compromisso  
**Situação da Transferência:** 1- Adimplente; 2- Inadimplente; 3- Inadimplência Suspensa; 4- Concluído; 5- Excluído; 6- Rescindido; 7- Arquivado

**Fonte:** Central de Contratos e Convênios - CCC/UFRA

**Quadro – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome</b>	Universidade Federal Rural da Amazônia					
<b>CNPJ</b>	05.200.001/0001-01					
<b>UG/GESTÃO</b>	153034					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, independentemente do ano de celebração do Instrumento (em R\$)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	2	-	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	-	2	-	-	-	-

**Fonte:** Central de Contratos e Convênios - CCC/UFRA

**Quadro – Resumo da prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse**

Unidade Concedente				
Universidade Federal Rural da Amazônia				
CNPJ: 05.200.001/0001-01			UG/GESTÃO: 153034	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2015	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	-
		Montante Repassado	R\$ 84.438,42	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

**Fonte:** Central de Contratos e Convênios - UFRA

## 2.4 Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho

**Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002**

Indicadores Primários	Exercícios				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 144.503.357,18	R\$ 129.991.804,92	R\$ 115.477.289,44	R\$ 90.893.365,28	R\$ 87.665.628,51
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 144.503.357,18	R\$ 129.991.804,92	R\$ 115.477.289,44	R\$ 90.893.365,28	R\$ 87.665.628,51
Número de Professores Equivalentes	332,00	342,00	254,00	286,00	233,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	727,00	748,50	713,00	685,50	602,75
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	727,00	748,50	713,00	685,50	602,75
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	4.912,50	4.168,50	3.423,50	3.000,00	2.639,50
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e doutorado (APG)	305,50	229,00	332,00	302,50	274,50
Alunos de Residência Médica (AR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	7.548,30	7.377,88	7.125,81	5.619,04	5.744,04
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	3.358,67	3.140,80	2.720,24	2.061,93	2.0133,40
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)	611,00	458,00	664,00	605,00	549,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Fonte:** SIMEC

Ao analisarmos o quadro que retrata os resultados dos Indicadores Primários, de forma geral, evidenciamos claramente o processo de expansão da Instituição, coma criação de novos *campi* no interior do estado, tais como Capanema e Tomé-Açu. Nota-se claramente o aumento no custo corrente da Universidade, passando de R\$ 87.665.628,51 (oitenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos) no ano de 2011 para R\$ 144.503.357,8 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos) em 2015. O que significa um aumento em torno de aproximadamente 65% no aporte de recursos para a Instituição gerado principalmente pelo avanço da Instituição no interior do Estado.

Além do aumento expressivo na questão orçamentária, outros indicadores como número de funcionários e professores equivalentes também tiveram crescimento significativo nesse período 2011-2015 caracterizando esse desenvolvimento e expansão da Universidade. No que se

refere ao número de professores e equivalentes o aumento foi de aproximadamente 42% e no que tange os funcionários equivalentes o aumento girou em torno de 20%.

Em relação a questão acadêmica o aumento no ingresso de discentes também nesse período 2011-2015 foi bastante relevante. O total de alunos regularmente matriculados na graduação cresceu nesse período a uma taxa superior a 85%. Em 2011 o total de alunos da graduação era de 2039 e em 2015 passou de 4912 discentes regularmente matriculados na Instituição.

Diante desta análise, evidencia-se a expansão das Universidades Federais no país, com um aporte de recursos cada vez maior para o ensino superior proporcionando uma expansão do acesso de cidadãos nas universidades públicas brasileiras.

**Quadro - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002**

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	Exercícios				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 17.710,27	R\$ 16.589,31	R\$ 14.824,15	R\$ 14.603,60	R\$ 14.079,49
Custo Corrente sem HU / Sem Aluno Equivalente	R\$ 17.710,27	R\$ 16.589,31	R\$ 14.824,15	R\$ 14.603,60	R\$ 14.079,49
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	11,96	10,52	13,32	9,32	11
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,46	4,81	4,75	3,89	4,25
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	5,46	4,81	4,75	3,89	4,25
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,19	2,19	2,81	2,4	2,59
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	2,19	2,19	2,81	2,4	2,59
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,68	0,75	0,79	0,69	0,76
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,06	0,05	0,09	0,09	0,09
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,50	3,56	3,44	3,25	3,17
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,17	4,05	4,15	3,99	4,05
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	47,23	45,31	29,73	27,63	32,99

**Fonte:** SIMEC

Ao analisarmos o quadro que retrata os resultados dos Indicadores da Decisão TCU, de forma geral, evidenciamos o processo de expansão da Instituição, com a criação de novos *campi* no interior do estado, tais como Capanema e Tomé-Açu. Nota-se claramente o aumento no custo de aluno de graduação para Instituição, passando de R\$ 14.079,49 (quatorze mil, setenta e nove reais e quarenta e nove centavos) no ano de 2011 para R\$ 17.710,27 (dezessete mil, setecentos e dez reais e vinte e sete centavos) em 2015, o que significa um aumento de aproximadamente 25%. Este aumento evidencia claramente que, o aporte de recursos não aumenta na mesma proporção ao ingresso de discentes na Instituição.

Além do aumento expressivo na questão orçamentária, outros indicadores como número de funcionários, alunos e professores equivalentes também tiveram crescimento nesse período 2011-2015 caracterizando esse desenvolvimento e expansão da Universidade.

Em relação ao indicador taxa de sucesso na graduação (TSG), houve um aumento significativo entre os anos de 2013 e 2015 em razão do número de diplomados ter aumentado, caracterizando assim um quantitativo maior de discentes que permanecem no curso até sua diplomação, representando assim uma queda na taxa de evasão escolar da Instituição.

Em relação ao conceito CAPES/MEC para a pós-graduação e o indicador de qualificação do corpo docente, estes tiveram um aumento quando analisamos os anos de 2012 e 2013 evidenciando principalmente pela melhoria nos conceitos CAPES dos cursos de pós-graduação e uma melhor qualificação do corpo docente da Instituição.



## 3 GOVERNANÇA

### 3.1 Descrição das Estruturas de Governança

A estrutura de governança é definida no estatuto da UFRA, sendo composta pela Assembleia Universitária, Conselho Universitário, Conselho Consultivo, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Administração, Conselho Curador e Reitoria.

A Assembleia Universitária reúne todos os segmentos da comunidade regularmente estabelecidos, para análise anual das atividades desenvolvidas pela instituição, tomar conhecimento dos planos para o exercício seguinte, participar dos atos de colação de grau dos cursos mantidos pela Universidade e entregar títulos e dignidades acadêmicas.

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo máximo da universidade. A sua composição e atribuições são definidas no Estatuto da UFRA. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo quatro vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente, a requerimento da maioria de seus membros titulares ou quando requerido por, pelo menos, dois segmentos da comunidade universitária.

O Conselho Consultivo é o órgão superior de interação entre a UFRA e a comunidade externa. É responsável pela discussão das políticas, objetivos e metas estratégicas da Instituição e propor medidas relativas à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão com os órgãos do setor rural da região, bem como outros segmentos da sociedade. É composto pelo Reitor, secretários executivos e representantes das organizações civis vinculadas à missão da Universidade.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão deliberativo e consultivo na área didática e científica. Ao CONSEPE compete julgar recursos de decisão da Reitoria, dos Institutos e das Coordenadorias de Curso em matéria didática e científica; estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação; baixar normas que visem o aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados nos processos seletivos, bem como sobre os de verificação da aprendizagem nos cursos da Universidade; aprovar a criação, transformação e supressão de cursos e modificação de currículo; dispor sobre a aplicação dos Fundos Especiais de Pesquisa e Extensão; propor a concessão de diploma de Doutor e Professor "*Honoris Causa*", e "Professor Emérito"; e aprovar o calendário acadêmico da UFRA.

O Conselho de Administração (CONSAD) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria de planejamento e gestão. As normas de funcionamento e as competências do CONSAD são estabelecidas em Regimento Interno elaborado por seus membros e aprovado pelo Conselho Universitário. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo seis vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com indicação dos motivos da reunião.

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização em assuntos econômico-financeiros da Universidade. Os membros do Conselho Curador não podem estar exercendo funções na administração da Universidade. As reuniões do Conselho Curador são presididas por um de seus membros, eleito entre estes, por maioria simples, para um mandato de dois anos, a exceção do representante do Ministério da Educação, não sendo permitida a recondução.

A Reitoria é o órgão executivo da administração superior, sendo exercida pelo Reitor e pelo Vice-Reitor em suas faltas e impedimentos, ambos eleitos e nomeados de acordo com o Art. 26 do estatuto da Universidade. O Reitor representa legalmente a UFRA em todos os atos e feitos judiciais e extrajudiciais. Conta com uma estrutura

administrativa de suporte composta por Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Estratégicos, Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional, Assessoria de Comunicação, Secretaria geral e dos Conselhos Superiores, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo e Auditoria Interna.

A Universidade possui também Comissão Própria de Avaliação (CPA). Com atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior, a CPA é uma exigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Possui como função principal acompanhar o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas da UFRA, tanto para subsidiar o Relatório de Gestão quanto para subsidiar as coordenadorias de cursos e as demais unidades técnico-administrativas no estabelecimento dos padrões acadêmicos e nos procedimentos para melhorar e garantir a qualidade da instituição.

Em 2015, através da Portaria nº 379, de 23 de fevereiro de 2015, uma nova comissão foi designada para executarem as atividades pertinentes às avaliações institucionais da Universidade. A nova Comissão Própria de Avaliação atuará até o ano de 2018.

### **3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

A unidade de auditoria interna da UFRA tem buscado e concretizado medidas almejando uma maior integração de sua atuação às rotinas afeitas à Gestão Institucional, por um lado subsidiada pelo próprio planejamento anual (PAINT), cujo conteúdo viabiliza essa integração, por outro lado mediante iniciativas de execução imprevista, mas, que reflete seu engajamento com o dia-a-dia da entidade.

Ressalta-se que devido ao quadro de servidores lotados na auditoria interna, 02 (duas) servidoras, a expansão da universidade em vários *campi*, a greve de 04 meses que ocorreu nas universidades federais no ano de 2015 e, aliado a isso, a cultura organizacional em relação aos trabalhos de auditoria (com prazos extensos para o retorno), constituíram fatores que interferiram no êxito do cumprimento total do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, exercício 2015.

No entanto, vislumbra-se que, a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências regimentais no ano de 2015, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa.

- **Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver:**

A Auditoria Interna da Universidade tem como objetivo exercer a orientação, o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos atos e fatos administrativos da instituição. Sua atuação é orientada de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão.

A estratégia de atuação é alinhada ao planejamento de execução dos trabalhos, ao condicionamento de minimização de riscos, à mitigação de perdas, com o foco na otimização de sistemas de apoio, capazes de estimular a feitura de procedimentos de

aderência às normas regulatórias com o intuito de assegurar maior eficiência às auditorias realizadas.

A Auditoria Interna da UFRA se organiza por meio de uma estrutura administrativa centralizada, e exerce suas atribuições na Reitoria, ao qual está localizada na sede em Belém. A equipe técnica da auditoria interna da universidade é composta por apenas duas (02) servidoras, quantitativo insuficiente para a extensão do órgão.

- **Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto, etc) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão:**

As atividades desempenhadas pela Auditoria Interna, ao longo do exercício de 2015, tiveram como foco principal os processos de execução da despesa para atender ao Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. A unidade realizou auditorias de avaliação da gestão patrimonial, contratos, restos a pagar, insalubridade e periculosidade. Durante o levantamento dos dados, foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, com destaque para a vinculação finalística desta autarquia educacional.

A produtividade, a qualidade e a abrangência dos trabalhos desta Auditoria devem ser avaliadas em função do número de servidores, dos conhecimentos técnicos e dos investimentos em capacitação da equipe de auditoria. A UFRA constitui-se na Sede, em Belém, 05 (cinco) *campi* (Parauapebas, Capitão Poço, Paragominas, Capanema e Tomé-Açu) e Pólos nos municípios de Castanhal, Igarapé Açu e Salinópolis. No entanto, a sutil estrutura da Auditoria Interna se limita a duas técnicas de nível superior: Auditora Chefe (Cargo: Contadora) e a outra servidora (Cargo: Auditora), lotadas na sede em Belém.

Na Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, realizou-se auditoria na Gestão de Contratos. A auditoria se propôs a verificar, *a formalidade dos pagamentos dos contratos continuados de Limpeza e Manutenção, e contratos de Serviços de Atividades auxiliares de apoio administrativo* no âmbito da Universidade Federal Rural da Amazônia, e no decorrer dos trabalhos se fez necessário acrescentar ao escopo a *análise da conformidade das cláusulas dos contratos continuados de Limpeza e Manutenção, e contratos de Serviços de Atividades auxiliares de apoio administrativo*, em consonância com a Lei 8.666/93 e Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 02/2008.

Na Gestão Orçamentária e Financeira, realizou-se auditoria nas contas referente à inscrição de Restos a Pagar. A auditoria se propôs à análise da fundamentação legal das inscrições em Restos a Pagar dos saldos de empenho remanescentes dos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012. No tocante a temática que abrange os controles internos adotados pela Administração, é relevante perceber algumas questões merecedoras de maior atenção por parte da gestão orçamentário-financeira, na medida em que, o longo prazo de manutenção de alguns créditos inscritos em Restos a Pagar pode originar descontinuidade na execução financeira do órgão. Realidade esta que pode ensejar situações como a inobservância das vigências contratuais, a inexistência de objetos inicialmente pactuados ou mesmo a perda de parte dos créditos face ao bloqueio já previsto por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Quanto ao acompanhamento das implementações referente às recomendações emanadas desta unidade de auditoria interna, através do Plano de Providência Interno – PPI oriundos dos Relatórios de Auditoria (n.º 001 e 002/2014). Ressalta-se que as

providências estão sendo monitoradas e implementadas de acordo com os recursos pessoal, orçamentário e financeiro.

- **Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade:**

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, do exercício de 2015 foi em média 76% realizado. Constituíram fatores que interferiram no êxito do cumprimento total do PAINT, as alterações no que se refere ao período de realização, devido aos atrasos nos envios das respostas das solicitações de auditoria, da cultura organizacional em relação a atividade de auditoria e aos 04 (quatro) meses de greve que ocorreram nas Universidades Federais.

Os trabalhos abrangeram as áreas dos Controles da Gestão, Gestões Operacional, Financeira, Patrimonial, Pessoal, Suprimento de Bens e Serviços e Gestão Operacional. Nos Controles da Gestão, a auditoria interna acompanhou as determinações do Tribunal de Contas da União, através dos Acórdãos; atuação da Controladoria Geral da União por meio da auditoria de acompanhamento de gestão, e das deliberações do Conselho Superior da Entidade.

Dentre os principais trabalhos realizados pela Auditoria Interna, em 2015, observam-se a auditoria de Restos a Pagar e a auditoria em Gestão de Contratos.

A auditoria de Restos a Pagar foi realizada mediante a extração dos saldos de empenhos de restos no SIAFI. Em se tratando do fundamento legal das inscrições analisadas, nota-se que a maioria delas foi feita em conformidade com a legislação aplicada, contudo houve casos em que a manutenção dos saldos de empenho em restos a pagar, especialmente na categoria dos não processados, não foi acompanhada de respaldo legal. Por outro lado, atentou-se para o fato de que, embora algumas inscrições se fundamentem na norma estabelecida, estas se mantêm já há certo tempo, havendo a necessidade de que a UPC aperfeiçoe seus controles junto ao(s) setor(s) envolvido(s) na Gestão dos Materiais, instituindo uma política de almoxarifado adequada que preveja rotinas permanentes de cobrança junto aos fornecedores com o fito de assegurar o tempestivo cumprimento das obrigações por estes assumidas perante a entidade, bem como a aplicação, quando necessário, das sanções cabíveis no caso de descumprimento, total ou parcial dos acordos estabelecidos. Concluiu-se, após o encerramento dos exames, que há preocupação da instituição na busca pelo aperfeiçoamento dos controles junto à temática apresentada sendo que algumas medidas, já foram tomadas e outras devem ser implementadas.

O trabalho de auditoria de Gestão de Contratos se propôs a verificar os contratos continuados de Limpeza e Manutenção, e contratos de Serviços de Atividades auxiliares de apoio administrativo: 1) Quanto a formalidade e observância das cláusulas contratuais – verificou-se, a existência das cláusulas essenciais elencadas nos arts. 54 e 55 da Lei 8.666/93, e da garantia prevista no art. 56 da Lei 8.666/93, decorrentes de repactuações ou aditivos, as providências quanto publicação do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, conforme determina a legislação e se os termos do contrato assinados são compatíveis com aqueles constantes da minuta anexa ao Edital, observando, inclusive, se as descrições do objeto são exatamente as mesmas em ambos os documentos; 2) Quanto a formalidade dos pagamentos dos contratos – verificou-se os aspectos formais do processo de pagamento, a comprovação da regularidade fiscal trabalhista, a regularidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(FGTS), os parâmetros formais das Notas Fiscais, e a regularidade das retenções tributárias efetivadas no sistema SIAFI. Concluiu-se, após o encerramento dos exames, que os controles internos referentes às rotinas de formalização das cláusulas contratuais e dos pagamentos dos contratos de natureza continuada no âmbito desta IFES, mostraram-se adequados, com ressalvas pontuais constatadas no decorrer do trabalho, as quais não demonstraram indícios de má fé por parte dos gestores.

No tocante à auditoria de adicional de insalubridade e periculosidade, iniciou-se mediante memorando ao setor competente, solicitando a extração dos dados do SIAPE para delimitar a amostra em 24/09/2015, e posteriormente foi encaminhado a Solicitação de Auditoria (SA), no entanto a resposta da solicitação só ocorreu em 18/01/2016, inviabilizando a conclusão da mesma, o que ocorrerá no exercício subsequente.

- **Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes:**

Considerando a necessidade de reforçar a independência técnica e administrativa da atuação dos servidores da unidade de auditoria interna da UFRA, e em obediência a legislação vigente, iniciou-se a elaboração do Regimento Interno da Auditoria Interna. Dessa forma, se propõe adequações na estrutura organizacional, principalmente no que tange a vinculação administrativa, visto que o artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/202, determina que:

§ 3º A auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes.

§ 4º Quando a entidade da Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade.

De acordo com o art. 32-i do Regimento Geral da UFRA, a Auditoria Interna está inserida em sua composição, e em seu art. 38 – VIII está vinculado administrativamente ao Gabinete da Reitoria. Deve-se concluir o referido Regimento Interno e submeter-se a aprovação para a devida alteração.

### **3.3 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD foi instituída pela Portaria n.º 1760, de 19 de outubro de 2015. Antes, o acompanhamento das comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar era de responsabilidade da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, através da Sessão de Direitos e Deveres – SDD.

Em decorrência da rotatividade de servidores lotados na SDD e dificuldades enfrentadas por esta sessão, observou-se a necessidade de uma atenção específica ao monitoramento dos procedimentos disciplinares, o que levou à criação da CPPAD.

Esta recém-formada comissão está dando seus primeiros passos. Teve um inicial momento de estruturação física, em seguida um breve treinamento da equipe e,

atualmente tem como prioridade atualizar as informações inseridas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, o que demanda algum tempo, visto que cada processo deve ser devidamente analisado.

Até o mês de janeiro de 2016, foram cadastrados 54 processos, do tipo Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Rito Sumário, conforme a Tabela abaixo:

**Tabela - Processos Administrativos cadastrados no CGU-PAD, 2010-2014**

<b>Ano</b>	<b>Sindicância</b>	<b>PAD</b>	<b>Rito Sumário</b>
2010	01	05	-
2011	06	12	-
2012	04	15	01
2013	03	06	-
2014	-	01	-

Fonte: CPPAD/Ufra

### **3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos**

Na UFRA a gestão de riscos de controles internos tem por finalidade a salvaguarda dos ativos institucionais, viabilizar maior aderência das ações às políticas públicas, além de evitar a ocorrência de erros e fraudes que possam implicar em perdas ao patrimônio público e danos à imagem institucional.

As atividades de controles internos cobrem a área contábil e administrativa. Atualmente, o suporte fundamental ocorre a partir de sistemas informatizados do Governo Federal tais como: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), além do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e do Sistema de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos (SIGPRH).

## **4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **4.1 Canais de Acesso ao Cidadão**

A Universidade Federal Rural da Amazônia conta com o Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC), desde 2013. Ele está disponível na página da UFRA na internet, através do link: [www.acessoainformacao.gov.br/sistema/](http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/). Neste sistema, o público interno e externo pode dirimir suas dúvidas, apresentar sugestões, além de solicitar dados e informações da instituição nas áreas de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

No exercício de 2015, foram registrados 69 pedidos de acesso à informação oriundos do Brasil: Alagoas (1), Amazonas (1), Bahia (2), Ceará (1), Distrito Federal (5), Goiás (1), Maranhão (1), Minas Gerais (2), Pará (37), Paraíba (3), Rio de Janeiro (3), Rondônia (1), Rio Grande do Sul (1), Sergipe (1), São Paulo (4) e Tocantins (1). Também ocorreram 2 pedidos derivados de outros países, além de 2 de origem não informada.

Em 2015, conforme meta prioritária definida no PLAIN da UFRA 2014-2024 foi implantada a Ouvidoria, através da Portaria nº 435, de 04/03/2015.

Após implantação, o Ouvidor nomeado elaborou Plano de Trabalho, o qual englobou a estruturação do serviço e ampla divulgação à comunidade universitária, bem como uma Proposta especificando as necessidades para a implementação adequada da Ouvidoria e do Sistema de Informações ao Cidadão (e-SIC).

A proposta de necessidades apontou os seguintes itens: 1) infraestrutura física, como um local de funcionamento para a Ouvidoria e para o e-SIC; 2) capital humano, como a formação de uma equipe estruturada com Ouvidor-Geral, Assessoria de Ouvidoria, Assistência da Ouvidoria e Secretaria, para a Ouvidoria e Coordenador, Assistente e Estagiário, para o e-SIC; além de cursos de capacitação; 3) recursos tecnológicos, envolvendo máquinas e equipamentos.

### **4.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

Os serviços prestados pelas diferentes unidades que compõe a UFRA ainda não consolidados em documento único ou página específica no site da instituição, conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. Atualmente, os serviços prestados pelas diferentes unidades que compõe a Universidade são informados apenas nas páginas dessas unidades. A Carta de Serviços ao Cidadão, consolidando estas informações está em fase de elaboração e deverá ser disponibilizada ao longo do exercício 2016, visando atender a legislação vigente.

### **4.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários**

No exercício 2015 foi dada continuidade ao processo de avaliação das ações da UFRA, visando qualificar o desempenho das políticas educacionais, de pessoas e da gestão do desenvolvimento institucional, a dotação e funcionalidade da infraestrutura física e apresentar sugestões para corrigir os pontos fracos identificados pela comunidade acadêmica e de acordo com a percepção da sociedade.

O universo do estudo foi constituído pelos professores e técnicos administrativos efetivos e os alunos matriculados, em 2015, nos cursos de graduação dos seis *campi*. Os

dados foram obtidos a partir da aplicação do mesmo questionário específico utilizado na avaliação de 2014.

A descrição detalhada da metodologia e os resultados desse processo avaliativo podem ser acessados no Relatório de Autoavaliação Institucional: 2015 e no Relato Institucional: 2015, disponíveis na página da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) nos sites especificados abaixo:

- Relatório de Autoavaliação Institucional: 2015  
[http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS\\_RELAT\\_DE\\_AUTOAVAL\\_2015\\_16MAR2016.pdf](http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS_RELAT_DE_AUTOAVAL_2015_16MAR2016.pdf)
- Relato Institucional: 2015  
[http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS\\_RELATO\\_INSTITUCIONAL\\_2015\\_16MAR2016.pdf](http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/ACS_RELATO_INSTITUCIONAL_2015_16MAR2016.pdf)

#### **4.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade**

As informações gerais da UFRA podem ser acessadas por meio da sua página na internet <http://www.portal.ufra.edu.br>. Informações específicas referentes às diferentes áreas de atuação podem ser obtidas nas páginas das Pró-Reitorias conforme indicado abaixo:

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional  
<http://www.propladi.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico  
<http://www.proped.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Administração e Finanças  
<http://www.proaf.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Ensino  
<http://www.proen.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Extensão  
<http://www.proex.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
<http://www.proaes.ufra.edu.br>

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas  
<http://www.progep.ufra.edu.br>

#### **4.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações**

Em 2012, o Conselho Universitário da UFRA aprovou a Resolução nº 46, de 16 de fevereiro de 2012, que criou o Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (Núcleo Acessar) com o objetivo de adequar a instituição ao contexto das políticas públicas e diretrizes do Ministério da Educação para educação superior quanto

à inclusão e a acessibilidade, além de estimular o desenvolvimento de ações inclusivas dentro da UFRA impulsionando a inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

O prédio do “Núcleo Acessar” foi inaugurado em agosto de 2013 e passou a oferecer maior suporte de infraestrutura de trabalho para o desenvolvimento de propostas em tecnologia e metodologia de programas que facilitem o acesso do cidadão com necessidades especiais.

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Letras e Libras, com carga horária de 4.332 horas e oferta de 30 vagas no Campus Belém, foi aprovado ainda em 2013 e incluído no Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Processos que regulam a educação superior no Brasil (Sistema E-mec). O processo seletivo já foi realizado e a primeira turma deverá iniciar suas aulas no primeiro semestre de 2016.

As medidas de acessibilidade na UFRA também acontecem por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Em 2015 foi dada continuidade aos seguintes projetos: a) Observatório de acessibilidade, inclusão e tecnologia da Região Norte (OBIA), b) Rede de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (RIA), c) Olhos nos olhos: software educacional para pessoas com deficiência intelectual, d) Aprendendo a ver: software educacional para pessoas com baixa visão, e) Métrica de usabilidade para usuários com deficiência, f) Modelos de materiais didáticos acessíveis para EAD e g) Educar: acessibilidade, inclusão e tecnologia na educação. Também foi dado início ao projeto “Contando histórias” com a realização de 5 exposições fotográficas que retratam a vida de pessoas com deficiência.

## 5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 5.1 Informações sobre Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior

Na qualidade de Autarquia Pública Federal a UFRA, vinculada ao MEC, tem seu orçamento construído por meio de parâmetros definidos pelo MEC e consolidados através da Lei Orçamentária Anual – LOA.

No que tange as arrecadações próprias (fonte 250) ao vislumbrarmos a série histórica de créditos na referida fonte – provenientes de serviços prestados pelo Hospital Veterinário Universitário, Restaurante, Biblioteca e Projetos de Pesquisas diversos (ensino, pesquisa e extensão) observa-se que sua representatividade, frente ao orçamento ordinário decorrente da LOA representa apenas 2,6% (dois, seis por cento) daquele orçamento. Logo, a manutenção das ações institucionais, se dá em quase sua totalidade com Orçamento do Tesouro Nacional.

Todavia, o referido orçamento, infelizmente, não contempla as necessidades institucionais, que se mantém acanhada no alcance de suas metas (Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI), posto, que em grande medida, estas demandam orçamento. Por outro lado, a gestão da Universidade tem sido aguerrida para o firmamento de parcerias, no sentido de mitigar o impacto do orçamento público no atendimento de suas demandas. Entretanto, por fatores diversos, especialmente a crise financeira que assola o país, as parcerias público-privadas, ainda não se revelam suficientes às nossas demandas.

A UFRA é uma Instituição em crescimento e nos últimos anos, com o advento de aporte orçamentário e financeiro oriundo do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), interiorizou suas atividades com a implementação dos *campi* de Capanema e Tomé-Açu, fato este de extrema importância às comunidades locais, reforçando o desenvolvimento da região e efetivando a própria razão de ser de uma Universidade pública. Por outro lado, o orçamento da Instituição destinado ao custeio de suas atividades, não se revela compatível e proporcional à sua expansão física, apregoado por meio daquele salutar Programa, observando-se a oneração, elementar, de seus custos de manutenção, determinando um descompasso no atendimento tempestivo dos anseios de ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, é legítimo destacar que a sustentabilidade financeira da UFRA, ampara-se, sobremaneira, no orçamento oriundo do Tesouro Nacional. Todavia, circunstancialmente é afetado por fatores diversos, decorrentes da política econômica do país, que acarretam cortes sistemáticos nos limites orçamentários previamente aprovados, comprometendo assim, a consecução das metas estabelecidas pelos órgãos, gerando, portanto, reflexos negativos no desempenho institucional.

Neste cenário, a gestão institucional, regularmente, precisa rever as ações e reprogramá-las, para o cenário que se impõe. E, num contexto de prioridades, torna-se imperioso, eleger as mais prioritárias, com vistas a garantir o atendimento mínimo de suas atividades.

Portanto, nesse contexto, o conceito sustentabilidade orçamentária e financeira tem o condão de assegurar, num cenário de crises, o funcionamento eficaz da Instituição, com o mínimo de recursos possíveis. A este propósito, foram revistos contratos de serviços de natureza contínua, mantidos com a Instituição a fim de reduzir o seu impacto orçamentário, posto que os mesmos comprometem cerca de 70% de seu orçamento. Ademais, está em curso, por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS),

ações de combate ao desperdício de energia elétrica, abastecimento de água, telefonia fixa e móvel, cuja expectativa é a desoneração orçamentária.

- **Desempenho Financeiro do Exercício**

Considerando todas as informações prestadas no item acima, o desempenho financeiro da UFRA é obtido dentro do comparativo efetivado entre despesa efetivamente empenhada e o recurso financeiro efetivamente recebido, portanto temos:

**Tabela - Desempenho Financeiro**

2015			
Recursos	Receita	Despesa	Déficit/ Superávit
1- Tesouro Nacional	R\$ 169.375324,66	R\$ 170.920.275,42	-R\$ 1.544.950,76
2- Descentralizações/ Projetos	R\$ 3.172.637,55	R\$ 3.423.848,59	-R\$ 251.211,04
3- Receita Arrecadada	R\$ 945.045,46	R\$ 822.355,47	R\$ 122.689,99
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 173.493.007,67</b>	<b>R\$ 175.166.479,48</b>	<b>-R\$ 1.673.471,81</b>

Fonte: PROAF/UFRA

## **5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

As ações adotadas pela UFRA são apresentadas em cumprimento aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.9) e (NBC t 16.10), publicadas pelas Resoluções CFC n.º 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente.

Os procedimentos, a metodologia adotada para estimativa da vida útil econômica dos ativos, do cálculo da depreciação do imobilizado (bens móveis e imóveis) e da amortização do ativo intangível; taxas utilizadas para os respectivos cálculos, a metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração de ativos e passivos estão especificadas no Manual Siafi, macrofunção 02.03.30, que trata da Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado pela Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012, (MCASP – 5. Ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2013).

Os valores informados neste item foram obtidos por meio de consulta à transação BALANCETE do sistema SIAFI e referem-se aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2015 na unidade gestora 153034.

### **5.2.1 Bens Móveis Adquiridos Antes de 2010**

O item 14 da macrofunção 02.03.30 estabelece que os bens colocados em condições de uso a partir do mês de janeiro de 2010, podem ter cálculo da depreciação efetuado por representarem uma base monetária confiável. Em cumprimento a este dispositivo, a UFRA efetuou o cálculo da depreciação dos bens móveis adquiridos em 2010, cujo registro no Siafi foi efetuado a partir de 2011. Nos exercícios seguintes, a unidade passou a efetuar o cálculo mensalmente.

As contas contábeis utilizadas no Siafi para registro da depreciação são a 3.3.3.1.1.01.00, que representa uma variação patrimonial diminutiva e a 1.2.3.8.1.01.00, que tem natureza retificadora/reduzora do bem móvel.

## **5.2.2 Estimativa de Vida Útil Econômica dos Bens Móveis**

A Universidade Federal Rural da Amazônia tem efetuado o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos pelo item 27 da macrofunção 02.03.30, o qual estabelece uma tabela de vida útil para os bens móveis sujeitos à depreciação, juntamente com o percentual aplicável a cada bem para se efetuar o cálculo, assim como estabelece o método das cotas constantes (item 47) para utilização por todos os órgãos, como forma de padronização de procedimentos nos órgãos, como forma de padronização de procedimentos nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta por permitir a geração de dados comparáveis e consistentes que facilitam a análise e tomada de decisões.

## **5.2.3 Amortização e Exaustão**

O cálculo da **Amortização** não é realizado nos bens intangíveis (Softwares) adquiridos pela UFRA em razão de serem Ativos com existência ou exercício de duração ilimitada, portanto os critérios de redutibilidade dos valores de softwares adquiridos não são aplicáveis.

A UFRA não possui Ativos que são passíveis de cálculos de Exaustão, assim não se aplica à UJ.

## **5.2.4 Depreciação de Bens Imóveis**

Nos dias 07/12/2015 e 31/12/2015, a CCONT/STN, com base nas informações do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União, o SPIUNet, fez o lançamento automático da depreciação dos bens imóveis dos órgãos da administração pública federal, no Siafi. A depreciação de bens imóveis referente a 2015 foi registrada no Resultado do Exercício.

No novo Plano de Contas, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2015, há a segregação de contas, tanto para registro da variação patrimonial diminutiva quanto para o registro da depreciação acumulada.

O registro da Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis passou a utilizar a conta 123810200 para distinguir da conta de Depreciação Acumulada de Bens Móveis, a 123810100; Quanto ao registro da variação patrimonial diminutiva foram utilizadas as contas de depreciação de bens móveis a 33311.01.00 e 33311.02.00 para os bens imóveis.

Os lançamentos realizados pela CCONT/STN, em 07/10/2015 e 31/12/2015, com base nos dados dos imóveis cadastrados no SPIUNet, gerou um saldo no Siafi, na conta 12381.02.00, dos seguintes valores na UG 153034:

- a) Depreciação Acumulada até o exercício de 2015:  
Imóveis Residencial/Comercial: conta contábil 12321.01.01: total de R\$ 1.940,00; e  
Imóveis de Uso Educacional: conta contábil 12321.01.07: total de R\$ 368.115,86.

## **5.2.5 Avaliação/ Mensuração de Ativos e Passivos**

### **5.2.5.1 Disponibilidades Financeiras**

As Disponibilidades Financeiras da UJ são avaliadas e mensuradas pelo valor original, conforme estabelecido no item 02.05.03.01 do MCASP. Entre as contas que possuem maior representatividade, destacamos:

- a) 11112.20.01 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: esta conta refere-se ao valor do limite de saque da conta única do Tesouro Nacional estabelecido pelo órgão Central de Programação Financeira (COFIN/STN), para atender despesas com vinculação de pagamento atrelada ao tipo de recurso orçamentário, isto é, os recursos financeiros disponíveis nesta conta referem-se ao limite que os órgãos têm direito a sacar para custear suas despesas. O saldo apresentado no final de 2015 é de R\$ 1.652.200,91.

### **5.2.5.2 Créditos e Valores a Curto Prazo**

A conta de Créditos e Valores a Curto Prazo, a 11300.00.00 registra os valores a receber por créditos tributários, alienações, por fornecimento de bens, serviços e demais créditos oriundos de outras transações realizáveis no curto prazo. Os créditos da UJ são avaliados e mensurados, conforme estabelecido no item 02.05.03.02 do MCASP, pelo seu valor original. Entre contas que possuem maior representatividade, destacamos:

- a) 11311.01.05 – Salários e Ordenados – Adiantamento: Esta conta registra o adiantamento a pessoal referente a salários e ordenados. O saldo apresentado no final de 2015 e de R\$ 1.248.142,90.
- b) 11385.12.00 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal – Município: esta conta registra os valores de crédito a receber tais como: folha de pagamento, despesa de transporte, alimentação e outras relativas à cessão de pessoal. A UJ apresenta no exercício de 2015, um montante de R\$ 5.646,83, a receber do município de Paragominas referente ao ressarcimento das despesas com a remuneração de servidor cedido.

### **5.2.5.3 Estoques**

De acordo com o MCASP, item 02.05.03.03, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os estoques da UFRA são avaliados com base no valor na aquisição. A conta de Estoques em Almoxarifado na UFRA (11561.01.00) possui o montante de R\$ 115.248,38, referente à Material de Consumo, entre eles material de expediente, material de copa e cozinha e outros.

### **5.2.5.4 Impacto da Utilização de Normas**

A adoção rigorosa das orientações das Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC T 16.9 e NBC T 16.10, propiciou a apuração das despesas oriundas do consumo dos ativos móveis e imóveis. A conta de Variação Patrimonial Diminutiva relativa à Depreciação, Amortização e Exaustão 33300.00.00 apurou um

total de R\$ 5.989.351,51, que representa 3% em relação ao total das Variações Patrimoniais Diminutivas de 2015.

### **5.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

#### **5.3.1 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas**

A Universidade Federal Rural da Amazônia está em processo de pesquisa e capacitação relativo à prática do Gerenciamento dos Custos dos programas, unidades administrativas e dos serviços produzidos pela instituição. A implantação de uma base gerencial dentro da instituição exige a capacitação e designação de servidores responsáveis pela apuração de informações gerenciais que auxiliem a tomada de decisões.

Conforme informação do site do Tesouro Nacional o acesso ao SIC – Sistema de Informações de Custos, está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da Administração Pública Federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. Nesse sentido, em razão das restrições existentes e do processo de implementação institucional, a UFRA está designando os servidores que serão os usuários do SIC e responsáveis pela apuração das informações.

#### **5.3.2 Conformidade Contábil**

Os dados informados neste item foram obtidos por meio de consulta à transação CONDESAUD do SIAFI e refere-se ao registro de ocorrências/restrições relativas a inconsistências ou desequilíbrios apresentados no Balancete e nos Auditores Contábeis do SIAFI, no caso da Conformidade Contábil; o comando CONCONFREG é relativo à falta de registro ou registro com restrições referente à Conformidade de Registros de Gestão.

De periodicidade mensal, o registro foi feito sistematicamente de janeiro a dezembro de 2015, na Unidade Gestora Executora 153034.

##### **5.3.2.1 Descrição do Processo da Conformidade Contábil**

A conformidade contábil de UG e de Órgão é realizada pela Divisão de Contabilidade da UG (153034) e Órgão (26253) nos termos Decreto 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e do Manual SIAFI, macrofunção 02.03.15, que trata da Macrofunção da Conformidade Contábil. O registro mensal é efetuado por contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora setorial contábil e credenciado no SIAFI para este fim. A segregação de funções é observada no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno n.º 01, de 06 de abril de 2001.

A conformidade contábil é registrada no Sistema SIAFI na Unidade Gestora Executora citada acima (Conformidade de UG), no órgão 26253 (Conformidade de Órgão) e no órgão 26000 (Conformidade de Órgão Superior).

Para o registro da conformidade contábil são adotados os seguintes procedimentos:

Descrever os procedimentos adotados para o registro da conformidade. Ex: Verificação de todas as equações do auditor contábil CONDESAUD; Extração de

consultas do Tesouro Gerencial, verificação do cálculo da depreciação, sobre a Dedução da Receita para verificação da retificação das naturezas de receita referentes às contas apontadas nos auditores contábeis; RMA e RMB; Verificação do registro da Conformidade de Registros de Gestão, por meio de consulta à transação > CONCONFREG.

### 5.3.2.2 Ocorrências Apontadas em 2015

- a) Alerta<sup>1</sup> – sinaliza a existência de uma ocorrência que impede a verificação da regularidade dos registros, como por exemplo, a falta de envio do RMA e do RMB para conciliação com os dados contábeis.

Unidade Gestora	Quantidade de Restrições	Código da Restrição
153034	-	-

<sup>1</sup> Descrição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil

- b) Ressalva<sup>2</sup> – indica uma ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis, como por exemplo: saldos invertidos, uso indevido de eventos ou situações no CPR, registro na conta “Outros” do auditor CONINCONS acima do percentual estabelecido na transação CONPARINC, entre outros.

Unidade Gestora	Quantidade de Restrições	Código da Restrição*
153034	7	640
153034	2	701
153034	1	641
153034	1	634

<sup>2</sup> Descrição contida na macrofunção SIAFI 02.03.15: Conformidade Contábil

\* Descrição da restrição: disponível na transação > CONRESTCON

640 – SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB.

680 – DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.

641 – BENS IMOV. Ñ CLASSIF.COMO.USO ESPECIAL

634 – FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS

### 5.3.2.3 Ocorrências Não Sanadas no Exercício de 2015

- a) Bens imóveis pendentes de reclassificação para a Conta Imóveis de Uso Especial – Restrição 641 – Bens Imov.Ñ Classif.Como.Usos Especial.

**Justificativa** – Tal restrição de fato se faz presente. No entanto, em 2015 foi instituída a Comissão de Regularização Fundiária da UFRA. A finalização dos trabalhos da Comissão é aguardada para que a Universidade possa sanar a presente problemática.

- b) Bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010 sem registro contábil de depreciação e pendentes de reavaliação. Restrição 634 – Falta Avaliação Bens Móv/Imov/Intang/Outros.

**Justificativa** – A comissão de inventário que foi criada para tal fim está com dificuldades para concluir o trabalho de levantamento dos dados. Nossas chefias superiores, cientes do imbróglio, tentam identificar no quadro de nossa Universidade outros servidores que possam agregar valor técnico à comissão e ajudar a concluir o trabalho.

#### **5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 bem como suas notas explicativas encontram-se na parte **Anexos e Apêndices** deste Relatório de Gestão.

## 6 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

### 6.1 Gestão de Pessoas

#### 6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>445</b>	<b>769</b>	<b>14</b>	<b>34</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	445	769	14	34
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	445	766	14	34
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	03	Não há	Não há
<b>2. Servidores em Contratos Temporários</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>04</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>Não há</b>	<b>02</b>	<b>Não há</b>	<b>Não há</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>462</b>	<b>791</b>	<b>24</b>	<b>38</b>

Fonte: Seção de Cadastro/PROGEP

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>427</b>	<b>343</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	426	343
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	423	343
1.1.3. Servidores de Carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	03	Não há
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>Não há</b>	<b>20</b>
<b>3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública</b>	<b>02</b>	<b>Não há</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>429</b>	<b>363</b>

Fonte: Seção de Cadastro/PROGEP

**Quadro – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>54</b>	<b>53</b>	<b>08</b>	<b>08</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	54	48	08	08
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	03	Não há	Não há
1.2.4. Sem vínculo	Não há	01	Não há	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	01	Não há	Não há
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>107</b>	<b>89</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	107	89	11	11
2.2. Servidores de Carreira em exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>3. Total de Servidores em Cargos e Função (1+2)</b>	<b>161</b>	<b>142</b>	<b>19</b>	<b>19</b>

Fonte: Seção de Cadastro/PROGEP

De acordo com a análise dos dados apresentados nos quadros acima, que interferem diretamente na força de trabalho, a PROGEP/UFRA entende como relevante as seguintes questões:

- A quantidade insuficiente de servidores disponíveis frente às necessidades da Universidade decorre da não realização de concurso público para provimento de cargos desocupados, em virtude desta Instituição não possuir estrutura física, de equipamentos e pessoal especializado para realização do certame. Neste sentido, a Universidade tomou as providências para a realização do concurso no primeiro semestre de 2016, através de parceria com a Universidade Federal do Pará – UFPA.
- O quadro de servidores da UFRA é composto por Técnico-Administrativos e Docentes de Magistério Superior. O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), de acordo com a Lei nº 11.091/2005, divide a categoria dos técnicos em 5 classes: “A” e “B”, considerados nível de apoio; “C” e “D”, nível intermediário; e “E”, nível superior. Com o advento do Decreto nº 7.232/2010, que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do PCCTAE, sendo estabelecido que a UFRA poderá prover a reposição de vagas oriundas de vacâncias, nos cargos desses níveis, sem prévia aprovação do Ministério da Educação, sendo que a reposição se dará imediatamente, respeitando-se a legislação vigente com relação à concursos públicos, não havendo, contudo, previsão para reposição se servidores das classes “A” e “B”.
- Com relação aos Docentes, ressalta-se que, com a edição da Portaria Interministerial MEC/MP nº 22/2007, e posterior reformulação, por meio do Decreto nº 7.485/2011, foi instituído o Banco de professores-equivalentes (BPEq) das Universidades Federais vinculadas ao MEC, que corresponde à soma dos professores efetivos, visitantes e substitutos, lotados em cada IFES, expressa na unidade professor-equivalente. O BPEq possibilita a realização de concursos públicos independentemente da prévia autorização, respeitando-se o

limite do banco, a fim de garantir a manutenção dos quadros e reposição da força de trabalho da IFES.

- Na questão da aposentadoria de servidores na UFRA é relevante se considerar que existe em seu quadro 766 servidores e nos próximos anos uma grande parcela desses servidores já terão preenchido os requisitos de tempo;/idade para requerer tal benefício. Mesmo havendo concurso para preenchimento dessas vagas, há que se considerar o conhecimento e a experiência desses servidores, que ao saírem levarão consigo. Nesse sentido, a Universidade vem instituindo manuais de procedimentos desde 2015 a fim de dar continuidade aos fluxos de processos buscando minimizar possíveis prejuízos.
- Quando se trata de afastamento de docentes, não há muito impacto, considerando que há possibilidade de processo seletivo para contratação de professor substituto, mas quando se trata de técnico, fica descoberto, porque não há uma política de substituição para técnicos.
- Este ano a UFRA passou por uma situação atípica, uma greve de mais de quatro meses influenciando diretamente para a não realização de diversas ações de desenvolvimento de pessoas que haviam sido planejadas.

## 6.1.2 Demonstrativos das Despesas com Pessoal

Quadro – Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	NÃO HÁ									
	2014										
	2013										
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	45.266.145,42	3.179.147,92	11.552.440,81	4.930.660,30	3.804.272,89	2.236.186,57	24.413.212,10	200.483,44	470.180,76	95.582.549,45
	2014	38.854.871,14	2.996.533,38	5.749.972,21	4.395.645,79	3.749.998,27	2.303.899,38	20.451.012,21	41.720,71	485.756,95	79.029.410,04
	2013	31.865.395,20	2.535.823,00	4.743.378,23	4.109.322,78	3.411.262,78	2.166.776,64	15.440.980,20	55.887,24	442.313,04	64.771.139,11
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	0,00	187.432,98	19.237,49	4.954,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.624,52
	2014	0,00	185.257,74	23.773,39	1.679,83	5.238,95	0,00	0,00	0,00	0,00	215.949,91
	2013	0,00	154.771,08	19.346,37	3.042,34	9.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.249,79
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	0,00	63.546,12	5.295,51	1.765,17	4.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.082,80
	2014	0,00	1.291.696,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.291.696,84
	2013	0,00	547.936,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	547.936,80
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	504.556,08	0,00	68.201,08	10.684,07	31.184,56	27.244,25	351.353,80	0,00	0,00	993.223,84
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores em contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	706.201,77	0,00	80.029,86	14.228,43	82.099,53	0,00	11.444,22	0,00	0,00	894.003,81
	2014	855.222,71	0,00	36.380,21	42.401,23	63.673,35	0,00	0,00	0,00	0,00	997.677,50
	2013	1.335.235,66	0,00	86.988,21	228.291,83	134.370,99	1.984,14	0,00	0,00	0,00	1.786.870,83

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE ANO: 2015 (Valores em R\$ 1,00)

### **6.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal**

Nas Instituições Federais de Ensino – IFES, a estrutura de cargos e salários não acompanha o mercado de trabalho, além de haver uma grande disparidade dos salários e benefícios entre os planos de cargos e carreiras no âmbito dos três poderes.

As áreas estratégicas são gravemente afetadas em virtude da falta de isonomia salarial e de benefícios entre os poderes da união e até na esfera estadual, resultando em grande mobilidade dos servidores, causando uma instabilidade e prejuízos na execução das atividades das instituições.

O custo de selecionar, capacitar e integrar esses profissionais nas rotinas dessas organizações impacta fortemente na eficácia das atividades meio e fins.

Desde 2007, o governo federal implementou política de reposição automática de cargos de professor de Magistério Superior, a partir do Decreto nº 6.097/2007, D.O.U. de 25/04/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 22/2007. No entanto, para os Técnico-administrativos em Educação, foi a partir de 2010, através do Decreto nº 7.232/2010, que possibilitou a reposição parcial das vacâncias referentes às classes C, D e E nas universidades.

Essas políticas governamentais necessitam de outras ações que possibilitem uma seleção mais adequada e um plano de cargos, salários e benefícios isonômico para possibilitar a retenção dos servidores nas Instituições Federais de Ensino Superior. Caso o Governo Federal não implante políticas isonômicas de salários e benefícios a rotatividade de pessoal poderá continuar a acarretar grandes prejuízos, não fixando os novos servidores e com isso caindo à eficácia e a efetividade na gestão das IFEs.

## 6.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

### 6.1.4.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

#### Quadro – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Universidade Federal Rural da Amazônia													
UG/Gestão: 153034							CNPJ: 05200001/0001-01						
Informações sobre Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Id do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	Fundamental		Médio		Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	25/2011	34849836/0001-87	02/01/2014	01/01/2016	0	89	0	0	0	0	P
2015	V	E	119/2014	14110682/0001-08	01/01/2015	30/06/2015	88	88	0	0	0	0	E
2015	V	E	10/2015	14110682/0001-08	10/07/2015	08/01/2016	88	88	0	0	0	0	P
<b>Observações:</b> --													
<b>LEGENDA:</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado													

Fonte: Prefeitura/UFRA

### 6.1.4.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

**Quadro – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Unidade Contratante													
Universidade Federal Rural da Amazônia													
UG/Gestão: 153034							CNPJ: 05200001/0001-01						
Informações sobre Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Id do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	Fundamental		Médio		Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2; 4; 7; 8; 9; 12	O	10/2011	06855175/0001-67	31/08/2015	30/08/2016	61	60	0	0	0	0	P
2012	12	O	15/2012	09241070/0001-06	11/05/2015	10/05/2016	8	7	0	0	0	0	P
2013	12	O	69/2013	348498360001-87	23/01/2014	22/01/2016	100	67	0	0	0	0	A

**Observações:** --

**LEGENDA:**

**Área:** (1) Segurança; (2) Transportes; (3) Informática; (4) Copeiragem; (5) Recepção; (6) Reprografia; (7) Telecomunicações; (8) Manutenção de Bens Móveis; (9) Manutenção de Bens Imóveis; (10) Brigadistas; (11) Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; (12) Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

**Fonte:** Prefeitura/UFRA

### 6.1.4.3 Análise Crítica dos Quadros sobre Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva e Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Os contratos 25/2011, 69/2013, 15/2012, 119/2014 e 10/2015 não apresentam anormalidades que resultassem em qualquer dificuldade em suas administrações.

O contrato 10/2011 passou a apresentar problemas a partir do mês de outubro de 2014, com as aplicações das penalidades previstas em contrato.

A Administração optou pela prorrogação do contrato, em que pese as recomendações contrárias da Fiscalização em prorrogar o referido contrato.

Nova licitação foi promovida e encontra-se ainda em tramitação.

### 6.1.4.4 Contratação de Estagiários

Quadro – Composição de Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigente				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	74	77	66	68	145.624,00
1.2 Área Meio	38	42	39	43	83.680,00
<b>2. Nível Médio</b>	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	45	33	30	30	86.250,00
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>157</b>	<b>152</b>	<b>135</b>	<b>141</b>	<b>315.554,00</b>

Fonte: Divisão de Estágio, PROEX/PROGEP/UFRA

### 6.1.5 Terceirização Irregular de Cargos

Não há contratação de serviços terceirizados das atividades ou cargos típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

Todos os editais da UFRA, de contratação de serviços terceirizados, foram devidamente submetidos e considerados legais, através de parecer jurídico.

As atividades contratadas são: Apoio Administrativo I; Vigilância Armada; Limpeza e Conservação (Serviços Gerais); Tratorista; Jardineiro; Motorista; Pintor; Pedreiro; Eletricista; Copeiro; Tratador de Animal; Identificador Botânico; Serralheria; e Lavador de Veículo.

### 6.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A UFRA, através de sua Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas faz o primeiro controle para detectar possível acúmulo indevido de cargos funções e empregos públicos. Tal controle consiste na entrega, por parte do servidor, de declaração de que não possui vínculo com outro ente ou emprego público, n ato da posse.

Com detecção de casos de acumulação de cargo, seja por denúncia, ou por averiguação de órgãos de controle, é instaurado procedimento administrativo para apurar e sanar eventuais irregularidades, oportunizando aos envolvidos o direito contraditório e ampla defesa.

## 6.1.7 Gestão de Precatórios

Destaca-se que a justificativa referente a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, do Programa: Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, encontra-se prejudicada, uma vez que esta Seção Financeira não tem gerência quanto a execução e pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

## 6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

### 6.2.1 Gestão de Frotas de Veículos

- a) A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a Lei nº 1081 de 1950 e IN 03/2008 SLTI/MPOG.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: a UFRA é uma IFES que atua predominantemente na área de Ciências Agrárias. Com sede no município de Belém e campi nos interiores de Capanema, Paragominas, Parauapebas e Capitão Poço, além das estações experimentais em Castanhal, Igarapé-Açu e Cuiarana (Salinópolis), a Instituição desenvolve muitas das suas atividades curriculares, como aulas práticas e pesquisas de campo, em áreas rurais. Logo, demanda grande quantidade de viagens que deslocam discentes e docentes com a finalidade de praticarem atividades didáticas.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade, bem como sua totalização por grupo e geral:

**Tabela - Veículos de Transportes Institucional**

Classificação	Total
Transporte Institucional (SUVs, Pick up, Automóveis)	33
Transporte Individual (moto)	4
Transporte carga (caminhões)	4
Transporte coletivo (ônibus, microônibus e vans)	30
Máquinas Agrícolas (tratores)	5

Fonte: Prefeitura / Campus Belém

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

**Tabela - Média Anual de Quilômetros Rodados**

Classificação	Km/Média
Transporte Institucional (SUVs, Pick up, Automóveis)	682.342
Transporte Individual (moto)	3720
Transporte carga (caminhões)	17.250
Transporte coletivo (ônibus, microônibus e vans)	759.006
Máquinas Agrícolas (tratores)	-

Fonte: Prefeitura / Campus Belém

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

**Tabela - Idade Média da Frota**

<b>Classificação</b>	<b>Idade/Média</b>
Transporte Institucional (SUVs, Pick up, Automóveis)	06
Transporte Individual (moto)	07
Transporte carga (caminhões)	03
Transporte coletivo (ônibus, microônibus e vans)	07
Máquinas Agrícolas (tratores)	08

**Fonte:** Prefeitura / Campus Belém

f) Despesas associadas à manutenção da frota:

**Tabela - Despesas de Manutenção**

<b>Despesas</b>	<b>Valor Anual (Aproximados)</b>
Combustível	635.266,33
Manutenção	439.937,67
Pessoal (motorista, mecânico, tratorista, lavador, administrativo)	1.282.539,60

**Fonte:** Prefeitura / Campus Belém

- g) Plano de substituição da frota: não existe plano de substituição da frota até o ano de 2016, em razão da idade dos veículos.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: a Instituição depende de repasse de verbas do Governo Federal. Seria inviável em termos financeiros arcar com um aumento considerável nos valores de custeio provocado pela terceirização integral do serviço de transporte.
- i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte: A ferramenta que a Seção de transporte possui é o Sistema de Controle de Frotas, contratado junto a empresa Petrocard S/A. E os passes que controlam a saída e chegada dos veículos.

## 6.2.2 Gestão de Patrimônio Imobiliário da União

### 6.2.2.1 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privada

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	--
	Nome ou Razão Social	Sindicato dos Trabalhadores da UFRA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Movimento Sindical
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	--
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para o funcionamento do movimento sindical
	Prazo da Cessão	17/07/2009 a 16/07/2014
	Caracterização do Espaço Cedido	Espaço Coberto, tipo Barracão
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica	

**Fonte:** Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	--
	Nome ou Razão Social	Secretaria do Estado de Educação – SEDUC
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço Público Estadual
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	--
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para o funcionamento, em regime de Convênio, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Virgílio Libonatti”, com vistas ao atendimento do interesse e utilidade pública.
	Prazo da Cessão	30/12/2008 a 30/12/2018
	Caracterização do Espaço Cedido	Escola Estadual
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	--
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade bancária
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Onerosa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para uso exclusivo como posto de serviço bancário, que deverá atender preferencialmente os servidores.
	Prazo da Cessão	14/10/2010 a 13/10/2015
	Caracterização do Espaço Cedido	Prédio nº 50 do campus UFRA Belém
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	R\$ 1.200,00 mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica	

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	--
	Nome ou Razão Social	CPNOR – IBAMA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Apoio à Pesquisa e Extensão
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	--
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio à Pesquisa e Extensão
	Prazo da Cessão	08/11/2010 a 07/11/2015
	Caracterização do Espaço Cedido	Cessão de um Bem Imóvel e, 826,94 m <sup>2</sup> situado no campus de Belém da UFRA, a qual destina-se ao usufruto do CPNOR/IBAMA
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	--
	Nome ou Razão Social	Diretório Central dos Estudantes – DCE
	Atividade ou Ramo de Atuação	Movimento estudantil
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Onerosa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Movimento estudantil
	Prazo da Cessão	01/04/2013 a 01/04/2015
	Caracterização do Espaço Cedido	Cessão onerosa de uso do prédio nº 66, denominado RUzinho, com aproximadamente 115 m <sup>2</sup> de área, localizado atrás do prédio Central do Campus Belém da UFRA, para uso exclusivo das finalidades que lhe confere o estatuto da cessionária
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	R\$ 300,00 por mês
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	01.821.471/001-23
	Nome ou Razão Social	Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias – FUNPEA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Apoio à Pesquisa e Extensão
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão Onerosa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Para uso exclusivo dentro das finalidades que lhe confere o Estatuto de Cessionário
	Prazo da Cessão	15/04/2010 a 13/04/2015
	Caracterização do Espaço Cedido	Prédio nº 56, denominado Casa Residencial 2, do campus da UFRA em Belém
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	R\$ 400,00 por mês
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	03.659.166/0001-02
	Nome ou Razão Social	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Apoio à Pesquisa e Extensão
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	--
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio à Pesquisa e Extensão
	Prazo da Cessão	24/05/2010 a 23/05/2025
	Caracterização do Espaço Cedido	Uma área de 15.000 m <sup>2</sup> de sua propriedade localizado na Estação Experimental de Benfica – Benevides
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	--
	Nome ou Razão Social	Secretaria de Estado de Educação – SEDUC
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço Público Estadual
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	--
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funciona a Escola Estadual Mário Barbosa – “E. E. Mário Barbosa” localizada na Av. Perimetral
	Prazo da Cessão	30/08/2007 a 30/08/2027
	Caracterização do Espaço Cedido	Escola Estadual
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividade bancária
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão onerosa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividade bancária
	Prazo da Cessão	19/04/2013 a 19/04/2018
	Caracterização do Espaço Cedido	Permissão para instalação de uma Oficina Universitária contendo 02 (dois) caixas eletrônicos medindo 16 m <sup>2</sup> localizados no hall de entrada do Prédio Rubens Lima no Campus Belém
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	R\$ 300,00 por mês
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

**Quadro – Cessão de espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UPC**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	0427.00726.500-7	Universidade Federal Rural da Amazônia
	Endereço	Av. Perimetral, 2501, Terra Firme, Belém
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	08.978.226/0001-73
	Nome ou Razão Social	Secretaria de estado de ciências e tecnologia – SEDECT
	Atividade ou Ramo de Atuação	Apoio à Pesquisa e Extensão
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	--
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio à Pesquisa e Extensão
	Prazo da Cessão	18/06/2010 a 17/06/2040
	Caracterização do Espaço Cedido	Uma área de 172.974,44 m <sup>2</sup> de sua propriedade, situada no campus Belém para ampliação do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá – PCT
	Valores e Benefícios recebidos pela UPC cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

**Fonte:** Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

### 6.2.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

**Quadro – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UPC	
		Exercício 2014	Exercício 2013
Brasil	UF: PA		
	Capanema	01	--
<b>Subtotal Brasil</b>		01	--
Exterior	Não se aplica	--	--
		--	--
<b>Subtotal Exterior</b>		--	--
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		01	--

**Fonte:** Central de Contratos e Convênios – CCC/UFRA

OBS: Locação do imóvel, no município de Capanema para fins não residenciais, espaço é utilizado para atender atividades acadêmicas e administrativas dos cursos de graduação em Agronomia, Administração, Bacharelado e Licenciatura em Biologia da UFRA, Ciências Contábeis, Engenharia Ambiental. Termo de Contrato nº 12/2014.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2014 – Promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original, ora aditado, por mais 12 (doze) meses.

UFRA & Sr. Manoel Domingos dos Santos (033.876.072-53

### 6.2.2.3 Informações sobre a infraestrutura física

**Quadro - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	UF: PA		
	Belém	01	01
	Benevides	01	01
	Capanema	01	01
	Capitão Poço	01	01
	Castanhal	01	01
	Paragominas	01	01
	Salinópolis	01	01
	Santarém	05	05
	Tomé-Açu	01	01
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>13</b>	<b>13</b>
EXTERIOR	Não se aplica	---	---
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>---</b>	<b>---</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>13</b>	<b>13</b>

**Fonte:** Spiunet

OBS: O *campus* de Parauapebas ainda não está no Spiunet por estar em processo de regularização

**Quadro - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Histórico
153034	0427.00726.500-7	21	3	787.126.800,00	11/04/12	798.885.517,79	--	--
153034	0429.00014.500-2	21	3	173.600,00	30/11/2000	209.457,75	--	--
153034	0443.00028.500-4	21	3	2.179.353,80	22/03/2011	2.179.353,80	--	--
153034	0445.00001.500-3	21	3	8.853,00	29/06/2012	8.853,00	--	--
153034	0447.00183.500-0	10	3	794.160,00	02/01/2003	1.030.6055,05	--	--
153034	0509.00025.500-4	21	3	1.638,00	19/07/2012	1.638,00	--	--
153034	0523.00005.500-0	21	3	147.874,20	17/11/2000	147.874,20	--	--
153034	0535.00078.500-2	21	3	408.223,90	07/05/2009	408.223,90	--	--
153034	0535.00087.500-1	21	3	40.744,20	16/06/2009	40.744,20	--	--
153034	0535.00101.500-6	21	3	880.250,00	16/06/2009	2.689.996,07	--	--
153034	0535.00103.500-7	21	3	406.084,70	16/06/2009	406.084,70	--	--
153034	0535.00164.500-0	21	3	343.112,70	06/08/2009	343.112,70	--	--
153034	0559.0030.500-8	21	3	5.740,00	29/06/2012	5.740,00	--	--

**Legenda:**

**Regime:** 1- Aquicultura; 2- Arrendamento; 3- Cessão-Adm.Federal Indireta; 4-Cessão-Outros; 5- Cessão-Prefeitura e Estados; 6-Cessão Onerosa; 7-Comodato; 8-Disponível para Alienação; 9-Em processo de alienação; 10- Em regularização-Cessão; 11- Em regularização-Entrega; 12- Em regularização-Outros; 13- Entrega-Adm. Fedarl Direta; 14- Esbulhado (invadido); 15- Imóvel Funcional (Não deve ser objeto do quadro); 16- Irregular-Cessão; 17- Irregular-Entrega; 18- Irregular-Outros; 20- Locação para Terceiros; 21- Uso em serviço Público; 22- Usufruto Indígena; 23- Vago par uso

**Estado de Conservação:** 1- Novo; 2- Muito bom; 3-Bom; 4-Regular; 5- Reparos Importantes; 6-Ruim; 7- Muito ruim (valor residual); 8- Sem valor

Fonte: SPIUNet

OBS: O campus de Parauapebas ainda não consta no SPIUNet, pois está em processo de regularização.

**Quadro – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ**

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
<b>OCUPADOS</b>							
Ocupado	0427.00726.500-7	3	R\$ 787.126.800,00	11/04/2012	R\$ 798.885.517,79	--	--
Ocupado	0429.00014.500-2	3	R\$ 173.600,00	30/11/2000	R\$ 209.457,75	--	--
Ocupado	0443.00028.500-4	3	R\$ 2.179.353,80	22/03/2011	R\$ 2.179.353,80	--	--
Ocupado	0445.00001.500-3	3	R\$ 8.853,00	29/06/2012	R\$ 8.853,00	--	--
Ocupado	0447.00183.500-0	3	R\$ 794.160,00	02/01/2003	R\$ 1.030.605,05	--	--
Ocupado	0509.00025.500-4	3	R\$ 1.638,00	19/07/2012	R\$ 1.638,00	--	--
Ocupado	0523.00005.500-0	3	R\$ 147.874,20	17/11/2000	R\$ 147.874,20		
Ocupado	0535.00078.500-2	3	R\$ 408.223,90	07/05/2009	R\$ 408.223,90		--
Ocupado	0535.00087.500-1	3	R\$ 40.744,20	16/06/2009	R\$ 40.744,20		--
Ocupado	0535.00101.500-6	3	R\$ 880.250,00	16/06/2009	R\$ 2.689.996,07	--	--
Ocupado	0535.00103.500-7	3	R\$ 406.084,70	16/06/2009	R\$ 406.084,70	--	--
Ocupado	0535.00164.500-0	3	R\$ 343.112,70	06/06/2009	R\$ 343.112,70	--	--
Ocupado	0559.00030.500-8	3	R\$ 5.740,00	29/06/2012	R\$ 5.740,00	--	--
<b>VAZIOS</b>							
Vazio	Não há						

Fonte: SPIUNet

OBS<sup>1</sup>: O campus de Parauapebas não consta no SPIUNet pois está em processo de regularização.

OBS<sup>2</sup>: Os RIPs n<sup>os</sup> 0535.00078.500-2 e 0535.00164.500-0 pertencentes aos imóveis de Santarém estão sendo utilizados pela Universidade do Oeste do Pará – UFOPA e estão em processo de doação para a citada IFES.

### 6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

As informações sobre os sistemas computacionais que estão diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da UPC, são:

a) Relação dos sistemas e a função de cada um deles:

**Tabela - Relação dos sistemas e a função de cada um deles**

Sistema	Função
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos	Permite gerenciar processos de negócio relacionados a administração do orçamento, patrimônio, material e consumo, compras, licitações, protocolos, etc.
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	Permite gerenciar processos de negócio relacionado à Administração de Recursos Humanos como solicitação de férias, ressarcimento de valores referentes a plano de saúde, cadastro de servidores, capacitação, frequência, relatórios gerenciais, etc.
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas	Permite gerenciar os processos de negócio relacionados a administração da comunidade acadêmica (discentes e docentes) como matrícula on line, portal docente e discente, lançamento de notas, biblioteca, etc.
Sistema de Chamados de Técnicos	Permite gerenciar os chamados de suporte técnico abertos pelos usuários utilizadores dos recursos computacionais da UFRA.

**Fonte:** STIC/UFRA

b) Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas:

**Tabela - Eventuais necessidades de novos sistemas de TI**

<b>Sistema</b>	<b>Customizações</b>	<b>Ações Programadas</b>
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos	Alteração da funcionalidade Protocolos: tem como objetivo atender o decreto nº 8539, de 08 de outubro de 2015, bem como, a portaria MEC nº 1.042, de 04 de novembro de 2015	Firmar acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no sentido de podermos ter acesso as evoluções do Módulo de Protocolos, que estará em atendimento ao decreto nº 8539, de 08 de outubro de 2015, bem como, a portaria MEC nº 1.042, de 04 de novembro de 2015
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas	Módulo Biblioteca: Implantar funcionalidade de gerenciamento do acervo bibliográfico, que está presente no Sistema SIGAA	Firmar acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no sentido de podermos ter acesso as evoluções do Módulo de Biblioteca, bem como receber apoio técnico nas ações de implantação.
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	Módulo Fita Espelho: Atualização de funcionalidade que permite extrair os dados da fita espelho SIAPE para base de dados do SIGRH. Esta atualização é necessária devido a alteração do layout da FITA pelo SERPRO	Firmar acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no sentido de podermos ter acesso as evoluções do Módulo Fita Espelho SIAPE, bem com receber apoio técnico nas ações de implantação

**Fonte:** STIC/UFRA

c) Relação dos contratos que vigoram no exercício de referência do relatório de gestão, incluindo a descrição de seus objetos, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência:

**Quadro – Contratos na área de TI**

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação	
56/2013 – Termo nº 01/2014 (Dispensa nº 2231/2013)	Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme especificado no anexo I (Proposta Comercial nº 273/2013), que é parte integrante e indivisível do presente instrumento. Processo nº 23084.11024/2013-30	16/10/2014 a 15/10/2015	05.059.613.0001.18	Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará - PRODEPA	R\$ 103.568,31

Fonte: Superintendência de Tecnologia, Informação e Comunicação - STIC/UFRA

**6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

A política de sustentabilidade adotada pela universidade está configurada no Plano de Gestão e Logística Sustentável da UFRA, lançado em maio de 2015, e que propõe a implantação das práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos administrativos na instituição. Atende aos princípios de desenvolvimento sustentável, focando a qualidade de vida e bem-estar das pessoas, mediante ações de produção e utilização de insumos e tratamento de resíduos com vistas a reduzir os impactos sobre o meio ambiente. O documento pode ser obtido no site:

[http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/PRO2K15/PLS\\_UFRA\\_2014\\_2024\\_VPREL\\_01JUN2015.pdf](http://www.propladi.ufra.edu.br/images/th/PRO2K15/PLS_UFRA_2014_2024_VPREL_01JUN2015.pdf)

**Quadro - Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X

Fonte: PROPLADI/UFRA

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

**Quadro – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 016.389/2014-0	2478/2015 – Primeira Câmara	9.4	DE	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Descrição da Deliberação					
Tipo: Representação em decorrência de notícias de irregularidades trazidas ao Tribunal por meio de denúncia anônima, examinada nos autos do processo 031.069/2013-4, apenso ao presente.					
Determinações/Recomendações					
9.4. Determinar à Universidade Federal Rural da Amazônia que:					
9.4.1. Caso não atendida a notificação, efetue o desconto da dívida nos vencimentos, subsídios, salários ou proventos dos responsáveis, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;					
9.4.2. Não prorrogue o Contrato 69/2013 celebrado com a empresa E B Cardoso Serviços Gerais, tomando desde já as providências cabíveis para deflagrar novo procedimento licitatório visando à contratação do objeto contratual, atentando para a correção das irregularidades levantadas no presente processo e comunicando ao Tribunal as medidas adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PRÓ-REITORIA DE PESSOAS					457
Síntese da Providência Adotada					
<b>Quanto ao item 9.4.1:</b> <i>A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, através do processo nº 23084.013539/2015-36, informou que adotou as medidas determinadas pelo TCU (itens 9.2; 9.3 e 9.4.1), em relação a multa prevista no art. 58, inciso II, da lei 8.443/1992 aos servidores Jailson Figueiredo da Silva (ao qual pagou a multa integral em 09/06/2015, conforme documento anexo fl. nº 13 do referido processo) e, Kedson Raul de Souza Lima (que interpôs reexame contra o acórdão 2478/2015, e foi concedido efeito suspensivo em relação 9.2 e 9.4.1, conforme Ofício nº 1.434/2015-TCU/SECEX-PA, de 10/07/2015;</i>					
<b>Quanto ao item 9.4.2:</b> <i>A Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF, através do processo nº 23084.006324/2015-69, informou que as medidas determinadas pelo TCU (itens 9.4.2 e 9.5) encontram-se devidamente atendidas, tendo sido instruído procedimento licitatório para contratação dos serviços objeto do Contrato nº 69/2013, por meio do Processo nº 23084.01.0057/2015-24, o qual já se encontra na Comissão Permanente de Licitação para publicação do Edital, conforme cópia do processo em anexo (fls. 23 a 189), e despacho da Pró-reitora de Administração e Finanças, fl. Nº 20.</i>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A universidade reviu seus atos administrativos e os retificou obedecendo a legislação vigente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

**Quadro – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	TC 009.045/2015-5	2089/2015 – Plenário	-	RE	-
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p><b>Tipo:</b> Denúncia</p> <p><b>Determinações/Recomendações</b>                  (..) dar ciência à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) de que a morosidade injustificada na conclusão do processo administrativo disciplinar 23084.012243/2011-74, que tem por objetivo apurar a responsabilidade daqueles que deram causa ao dano ao erário resultante da construção do muro de arrimo na universidade, dando azo a possível prescrição da pretensão punitiva da administração, pode configurar infração funcional, nos termos dos arts. 117, incisos IV e XV, e 169, § 2º, da Lei 8.112/1990, dar ciência desta deliberação ao denunciante e à UFRA e arquivar o presente processo.</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
REITORIA					457
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Não se aplica					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
-					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
-					

### 7.1.1 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

**Quadro – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 011.800/2012-7	2026/2015 - Plenário	9.8 9.9	DE	Ofício 2678/2015- TCU/SECEX-PA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Descrição da Deliberação					
<p><b>Tipo:</b> Denúncia. Indícios de irregularidades em obras. Audiência. Acolhimento parcial das razões de justificativa. Multa. Ciência.</p> <p><b>Determinações/Recomendações</b></p> <p>9.8. Caso o Centro de Manejo de Leite do campus UFRA – Igarapé Açú não esteja em funcionamento em virtude dos problemas decorrentes da ausência de suprimento energético e de abastecimento de água:</p> <p>9.8.1.determinar à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) que elabore e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação a fim de tornar a obra integralmente funcional; (...)</p> <p>9.9. Dar ciência à Universidade Federal Rural da Amazônia que:</p> <p>9.9.1. A ausência do devido detalhamento da planilha orçamentária, conforme constatado no Item 12 - Instalações da Tomada de Preços 4/2007, afronta os artigos 6º, inciso IX, alínea “f”, 7º, § 2º, inciso II, e 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;</p> <p>9.9.2. A ausência do termo definitivo de recebimento da obra, conforme constatado no Contrato 20/2007 - Reforma do Laboratório de Solos do campus UFRA – Belém, constitui afronta ao art. 73, inciso I, alínea “b”, da Lei 8.666/1993.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
REITORIA					457
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Nos absteremos, quanto aos esclarecimentos pertinentes ao cumprimento das determinações expressas no item do acórdão em epígrafe, por entender que não possuímos legitimidade para tanto. Justificamos que quanto ao acompanhamento das implementações das determinações exaradas do Tribunal de Contas da União, esta unidade de auditoria interna buscou-se certificar-se das providências tomadas pelo gestor diante das diligências dos órgãos de controle através do Processo nº 23084.011974/2015-26, emitido em 25/09/2015 e reiterado pelo Memorando nº 10/2016-AUDIN/UFRA, de 26/02/2016, porém não recebemos retorno sobre as informações pertinentes a adoção das medidas de controle implementadas pelo gestor.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

**Quadro – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	TC 036.380/2012-1	9481/2015 – 2ª Câmara	1.7	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>Tipo: <b>Prestação de Contas - Exercício 2011</b>  <b>Determinações/Recomendações</b>                      1.7. Determinar à Universidade Federal Rural da Amazônia, que adote as medidas legais pertinentes visando ressarcir a União dos valores devidos pelos Governos dos Estados do Pará e do Amapá e pela Prefeitura Municipal de Bragança, em razão da cessão de servidores com ônus para o cessionário.</p>					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
REITORIA					457
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
<p>Nos absteremos, quanto aos esclarecimentos pertinentes ao cumprimento das determinações expressas no item do acórdão em epígrafe, por entender que não possuímos legitimidade para tanto. Justificamos que quanto ao acompanhamento das implementações das determinações exaradas do Tribunal de Contas da União, esta unidade de auditoria interna buscou-se certificar-se das providências tomadas pelo gestor diante das diligências dos órgãos de controle através do Processo nº 23084.011974/2015-26, emitido em 25/09/2015 e reiterado pelo Memorando nº 10/2016-AUDIN/UFRA, de 26/02/2016, porém não recebemos retorno sobre as informações pertinentes a adoção das medidas de controle implementadas pelo gestor.</p>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
-					

**Quadro – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 024.842/2015-0	10656/2015 –2ª Câmara	9.4	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA					457
Descrição da Deliberação					
<p><b>Tipo:</b> Aposentadoria. Gratificação adicional por tempo de serviço prestado a empresa privada. Ilegalidade. Recusa de registro. Certificação do INSS. Diligência. Legalidade e registro dos demais atos.</p> <p><b>Determinações/Recomendações</b></p> <p>9.4. Determinar à Universidade Federal Rural da Amazônia que:</p> <p>9.4.1. Cesse pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência deste acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.4.2. Dê ciência aos interessados e alerte-os que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento dos apelos.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
REITORIA					457
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Nos absteremos, quanto aos esclarecimentos pertinentes ao cumprimento das determinações expressas no item do acórdão em epígrafe, por entender que não possuímos legitimidade para tanto. Justificamos que quanto ao acompanhamento das implementações das determinações exaradas do Tribunal de Contas da União, esta unidade de auditoria interna buscou-se certificar-se das providências tomadas pelo gestor diante das diligências dos órgãos de controle através do Processo nº 23084.011974/2015-26, emitido em 25/09/2015 e reiterado pelo Memorando nº 10/2016-AUDIN/UFRA, de 26/02/2016, porém não recebemos retorno sobre as informações pertinentes a adoção das medidas de controle implementadas pelo gestor.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

## 7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

**Quadro – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108965	Constatação: 20 Recomendação: 32247	OS: 201108965
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA			457
Descrição da Recomendação			
Providenciar a avaliação dos imóveis da União sob responsabilidade da UJ			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAF			457
Síntese da Providência Adotada			
Em resposta aos memorandos nº 055/2015 e 003/2016-AUDIN/UFRA, a Unidade informou o que segue: <p>“O Patrimônio imóvel sob guarda da Universidade Federal Rural da Amazônia, dentre outros, é constituído em áreas rural e urbana. Para a avaliação venal dos referidos bens, a UFRA dispõe de profissionais técnicos habilitados em proceder tais avaliações, especialmente, para os imóveis rurais, razão pela qual resta comprovada a conformidade de avaliação, por meio do formulário intitulado Folha de Avaliação Expedida – FATE, constante no <b>Anexo II</b> deste documento.</p> <p>No que se refere aos imóveis situados nas áreas urbanas, em que pese ao fato da Instituição contar em seu quadro de pessoal com profissionais de Engenharia Civil, elétrica, mecânica, cujas atribuições dos cargos albergam ações de avaliações urbanas, infelizmente o referido, quadro ainda está aquém da necessidade Institucional, posto as demandas recorrentes de elaboração de projetos de engenharia, fiscalização de obras e infraestruturas no campus sede e demais campi do interior do estado, que consomem, parte significativa da carga horária semanal da equipe. Para resolver o problema, tentou-se terceirizar os serviços de avaliação de imóveis, porém o orçamento para tanto, inviabilizou a contratação. Entendemos que a questão tende a ser resolvida com ingresso de servidores por meio do Concurso Público em andamento. (Edital 01/2016).</p> <p>Ainda, no afã de resolver a problemática das avaliações dos imóveis urbanos, acatou-se a sugestão da CGU no sentido de buscar parceria junto com a Caixa Econômica Federal (CEF), posto sua expertise na matéria. Entretanto esta solução, também, revelou-se inviável do ponto de vista orçamentário e financeiro, ante o contingenciamento orçamentário da União. Por fim, buscou-se a Superintendência de Patrimônio da União no Pará, a qual ministrou treinamento recente a equipe de técnicos da UFRA, para viabilidade dos serviços. Nesse sentido, já se encontra em curso o levantamento, pelos técnicos da UFRA de todas as construções existentes nos 5 (cinco) campi da Instituição, de forma a identificar suas características, dimensões, tipo de construções, idade, modificações em relação as plantas originais, para, então, se proceder a avaliação individual das edificações, em conformidade com as orientações emanadas pela SPU-Pa. Para tanto, será utilizada a Planilha de avaliação FATE, a qual é largamente empregada pela SPU e indispensável as inscrições e/ou atualizações no SPIUnet”.</p>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A entidade está se empenhando para atender as recomendações do Órgão de Controle Interno			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

**Quadro – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA			457
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	201108965	Constatação: 20 Recomendação: 32248	OS: 201108965
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA			457
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Providenciar o inventário de bens imóveis da União sob responsabilidade da entidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAF			457
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em resposta aos memorandos nº 055/2015 e 003/2016-AUDIN/UFRA, a Unidade informou o que segue: <i>“Ratificando os esclarecimentos contidos no item 1, ressalta-se que a conclusão das providências em curso, acima identificados (caracterização das edificações), constituem-se em condição sine qua non para consolidação do Inventário de bens imóveis, sob responsabilidade desta IFES. Neste sentido, solicitamos um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para inserção das informações no SPIUnet e consolidação do correspondente inventário”.</i>			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A universidade está inserindo as informações no SPIUnet e consolidando o inventário.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
-			

**Quadro – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201108965	Constatação: 20 Recomendação: 32249	OS: 201108965
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA			457
Descrição da Recomendação			
Registrar no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União - SPIU os 4 imóveis da União sob responsabilidade da UFRA informados no Relatório de Gestão que ainda estão sem registro no referido sistema, a saber: Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Igarapé-Açu.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAF			457
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em resposta aos memorandos nº 055/2015 e 003/2016-AUDIN/UFRA, a Unidade informou o que segue:</p> <p><i>“A este propósito, esclarecemos que parte significativa dos bens já se encontram registradas no SPIUnet, conforme demonstrado no relatório disposto no Anexo III. Prova disso é o cadastro dos imóveis localizados no Campi de Capitão Poço e Paragominas, os quais estão devidamente registrados no SPIUnet, conforme RIPs nºs 00001.500-3 e 0509 00025.500-4, respectivamente. Todavia, há que se ressaltar que os bens lançados, em sua maioria, correspondem aos terrenos, posto que a atualização dos dados referentes a edificações, dependem da coleta das informações indicadas nos itens anteriores, que, para tanto, solicitamos prazo para suas integralizações.</i></p> <p><i>Ainda quanto aos bens imóveis, passo a esclarecer o status do terreno e construções no Campus de Parauapebas:</i></p> <p><i>A UFRA ocupa uma área de 48,4002 hectares localizadas em gleba federal. Originalmente acreditava-se que a área estava inserta na Gleba Estadual Ampulheta e para tanto foi requerida a titulação da área. O Instituto de Terras do Pará concedeu Título Provisório em 18/04/2008. Ocorre que o próprio ITERPA veio a descobrir que a área está, na verdade, inserta na Gleba Federal Rio Novo, criada pelo Governo Federal e que esteve sob jurisdição do GETAT, depois INCRA e finalmente no Programam Terra Legal.</i></p> <p><i>O ITERPA tentou inicialmente obter uma convalidação de seu título provisório resolvendo sua regularização fundiária. Para tanto a Universidade contratou um Técnico em Agrimensura devidamente cadastrado no INCRA para proceder ao georreferenciamento da área do Campus Parauapebas.</i></p> <p><i>A UFRA chegou a abrir processo junto à GRPU-PA, hoje SPU-PA, para regularização fundiária. Nesse momento o Governo Federal passou a discutir a forma de regularização dessa área federal a uma instituição federal com os seguintes questionamentos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Solicitar que a SPU-PA requeira a área do INCRA para então proceder a regularização;</i></li> <li>• <i>Solicitar diretamente ao INCRA a regularização fundiária;</i></li> <li>• <i>Ficou então acertado que seria feito o pedido de convalidação do título emitido pelo ITERPA;</i></li> <li>• <i>Com a criação do Programa Terra Legal, a regularização saiu do INCRA para o PTL;</i></li> <li>• <i>Numa reunião com a SPU-PA, ficou acertado que o Terra Legal faria a regularização fundiária da área;</i></li> <li>• <i>Recentemente a UFRA foi informada da impossibilidade da regularização fundiária pelo Terra</i></li> </ul>			

Legal haja vista que o programa só está atendendo pessoas físicas. Por enquanto não regularize áreas de pessoas jurídicas públicas e privadas;

- Então, finalmente, voltou-se a procurar a SPU-PA para dar andamento ao processo final de regularização fundiária do Campus que deverá ser feita pelo modelo de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU.

Como pode ser observado, esta Instituição não está inerte quanto a adoção de providências em vista da regularização do imóvel, todavia, há um imbróglio no que tange a propriedade do bem, para fins de legitimidade na doação. Nesse sentido, a fim de atender as recomendações desse r. órgão de controle, será solicitada uma Autorização de Uso, que apesar de ser precária já irá permitir a inscrição no SPIUnet.

No que tange ao imóvel situado em Igarapé Açu (Fazenda Escola de Igarapé-Açu – FEIGA) o qual é constituído de uma área total de 100 hectares formada por quatro (4) lotes coloniais de nº 52, 54, 182 e 184 na Colônia Estatual Jambu-Açu (**Anexo IV**), recebidas em doação do Ministério da Agricultura através da Portaria nº 88, de 05/05/1987, publicada no DOU de 14/05/1987, temos a esclarecer:

A documentação originalmente recebida pela UFRA, corresponde a escritura de traslado dos lotes 52 e 54, inicialmente doado pelo Governo do Estado do Pará ao Ministério da Agricultura e posteriormente transferidas à, então, FCAP/UFRA. Todavia, para surpresa desta IFES, foi reclamada por terceiro (Pessoa Física) a titularidade dos lotes 182 e 184, ensejando, desta feita, demanda jurídica para equacionar a propriedade dos referidos bens.

Por oportuno, ressalte-se que as edificações existentes na FEIGA estão inteiramente insertas nos lotes 52 e 54, de propriedade da União sob responsabilidade da UFRA. Todavia, seus registros no SPIUnet, por parte da UFRA foi inibido, posto que o Ministério da Agricultura, antigo proprietário, não procedeu a sua baixa naquele sistema. Nesse sentido, a UFRA expediu documento ao referido Ministério para saneamento da questão, objetivando a atualização no sistema e a inclusão do bem em seu inventário.

Existe uma área de 200 há pertencente ao Ministério da Aeronáutica que está em processo de cessão definitiva para a UFRA. O MAER realizou recentemente o georrefenciamento, como pré-requisito para instrução do processo de doação à UFRA, em tramitação naquele Ministério”.

#### **Justificativa para o seu não Cumprimento**

A universidade está trabalhando para a regularização dos Imóveis, atendendo a recomendação do Controle Interno.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

-

**Quadro – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA			457
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	201108965	Constatação: 26 Recomendação: 32380	OS: 201108965
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA			457
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Na área de GESTÃO AMBIENTAL: - implantar plano/estratégia de implementação dos critérios de sustentabilidade ambiental em suas aquisições; - implantar plano/estratégia de implementação de separação e destinação dos resíduos recicláveis descartáveis, em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006; - implantar políticas e campanhas de conscientização entre os servidores relacionados à sustentabilidade ambiental, tais como: redução do consumo de água e de energia elétrica, proteção do meio ambiente, preservação dos recursos naturais nas áreas sob responsabilidade da entidade, etc.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAF			457
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em resposta aos memorandos nº 055/2015 e 003/2016-AUDIN/UFRA, a Unidade informou o que segue: <i>“Em consulta a página da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLADI), observa-se que o Plano de Logística Sustentável da UFRA já está disponível carecendo, apenas, de sua homologação pelo seu Conselho Institucional (Anexo IV). Todavia, as implementações de suas ações demandam, disponibilidade orçamentária, sendo que, a liberação do orçamento está se dando na proporção de 1/18 avos, razão pela qual ainda não está em curso a totalidade de suas ações, as quais estão sendo implementadas, em conformidade com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da UFRA. Entretanto, há que se ressaltar que as ações que não demandem orçamento, como é o caso, de campanhas de conscientização para o uso racional dos recursos, já estão sendo implementadas, pelo Prefeitura do Campus e PROPLADI. A qualidade de vida no trabalho também está acontecendo paulatinamente, por meio de substituição de equipamentos poluidores, campanhas de sinalização, revitalização das construções e adequação à acessibilidade, limpeza dos campi, manutenção das linhas de tráfego, dentre outros”..</i>			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A universidade está implementando as recomendações do Órgão de Controle Interno.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
-			

**Quadro – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA			457
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	201108965	Constatação: 32 Recomendação: 32382	OS: 201108965
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA			457
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Estruturar a unidade de auditoria interna com o suporte necessário de recursos humanos, a fim de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAF			457
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>Em resposta aos memorandos nº 055/2015 e 003/2016-AUDIN/UFRA, a Unidade informou o que segue:</p> <p><i>“Acerca da estruturação da unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos, a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (PROGEP), informou por meio do Memorando 25/2016 que o Concurso Público para provimento de cargos técnicos administrativos da Universidade Federal Rural da Amazônia já encontra-se em andamento, conforme Edital UFRA nº 02/2016, publicado no DOU nº 18, de 27 de janeiro de 2016, Seção 3, Páginas 63 a 67, previsto para ser homologado no mês de julho corrente, com expectativa de nomeação imediata dos candidatos aprovados, considerando que as vagas já encontram-se disponível para provimento.</i></p> <p><i>Nesse sentido, entendemos que essa recomendação já está em fase de atendimento, pois novos servidores serão lotados na unidade de auditoria interna da UFRA e, assim, possibilitando, uma maior atuação da referida unidade, nas ações de controle”.</i></p>			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A universidade está em fase de implementação do atendimento.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
-			

**Quadro – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA			457
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	201203455	Constatação: 31 Recomendação: 50419	OS: 201203455
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA			457
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Implementar planejamento das aquisições por meio do uso de técnicas de mensuração quantitativa dos objetos licitados e comprovação da vinculação dos mesmos aos fins.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - PROAF			457
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em resposta aos memorandos nº 055/2015 e 003/2016-AUDIN/UFRA, a Unidade informou o que segue: <i>“Quanto a utilização de técnicas de mensuração das aquisições por meio de uso de referenciais quantitativos para os objetos licitados, a mesma está em fase de implementação, entretanto, não na velocidade desejada, posto a carência de pessoal para fins de apoio técnico e administrativo, razão pela qual, nossa expectativa é a sua consolidação, após o ingresso de novos servidores. Porém, há que se ressaltar que as compras se realizam tomando como base, as séries históricas de consumo institucional, sendo que os referenciais de preços se dão por consulta direta ao mercado, visando a estimativa das aquisições.</i> <i>Ressalte-se, ainda, que, também, já está em desenvolvimento a ferramenta no SIPAC, para tanto, fim de permitir o referido controle”.</i>			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A universidade está em fase de implementação do atendimento.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
-			

### **7.3 Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

As despesas com ações de publicidade e propaganda da UFRA, no exercício de 2015, deram-se através da Publicidade Institucional e da Publicidade Legal.

Na realização da Publicidade Institucional, a UFRA adquiriu serviços gráficos através do Pregão Eletrônico nº 27/2014 (realizado com o objetivo de contratar serviços diversos de confecção de material para divulgação de eventos e ações promovidas pela Universidade). As empresas ganhadoras do processo licitatório firmaram Ata de Registro de preços junto à Instituição.

A publicidade institucional realizada pela UFRA cumpriu com o objetivo de divulgação dos programas e ações para os quais os materiais gráficos foram solicitados, contribuindo também, para o fortalecimento e valorização institucional. Os serviços gráficos confeccionados foram utilizados para divulgação da Universidade em eventos e ações de extensão e, também, no XIII Seminário Anual de Iniciação Científica da UFRA.

Pertinente à publicidade legal, a Instituição atendeu às prescrições legais, publicando, através do Diário Oficial da União (Imprensa Nacional) e de jornais de grande circulação regional (Diário do Pará e O Liberal) avisos, atas, editais, decisões e outros comunicados necessários ao cumprimento legal de divulgação. As publicações legais em jornais de grande circulação realizadas pela UFRA ocorreram através de contrato firmado com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Durante o exercício de 2015 estavam vigentes o Terceiro Termo Aditivo (02/02/2014 a 01/02/2015 – publicado no D.O.U. Seção 3, em 18/02/2014) e Quarto Termo Aditivo (02/02/2015 a 01/02/2016 – publicado no D.O.U. Seção 3, em 02/04/2015), do Contrato nº 01/2011, de Prestação de Serviços de Distribuição de Publicidade Legal, celebrado entre a UFRA e a EBC.

**Quadro – Despesas com Publicidade e Propaganda**

<b>Publicidade</b>	<b>Programa/Ação</b>	<b>Valores Empenhados</b>	<b>Valores Pagos</b>
Institucional	2109 – Programa de Gestão e Manutenção do MEC/ 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e requalificação	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00
	2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão/ 8282 – Reestruturação e Expansão de IFES	R\$ 2.830,00	R\$ 2.830,00
	2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão/ 20RK – Funcionamento das IFES	R\$ 1.840,00	R\$ 1.840,00
		R\$ 7.340,50	R\$ 7.340,50
		R\$ 1.380,00 R\$ 5.600,00 R\$ 422,45 R\$ 48.190,00	R\$ 5.600,00
2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão/ 20GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		R\$ 28.192,15	
<b>TOTAIS</b>		<b>R\$ 75.102,95</b>	<b>R\$ 38.342,15</b>
Legal	2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão/ 20RK – Funcionamento das IFES	R\$ 58.017,73 R\$ 4.768,09	R\$ 52.629,55 R\$ 4.768,09
<b>TOTAIS</b>		<b>R\$ 62.785,82</b>	<b>R\$ 57.397,64</b>

**Fonte:** ASCOM/SAF/UFRA

# 1. Revisão Analítica\_Ativo

Órgão UGE		Grupo	Subgrupo	Mês Lançamento	2014		2015		AH%
				Título	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	
26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	ATIVO CIRCULANTE	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	1.860.931	0,30%	2.233.525	0,24%	20,02%
				<b>Total</b>	<b>1.860.931</b>	<b>0,30%</b>	<b>2.233.525</b>	<b>0,24%</b>	<b>20,02%</b>
			DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	1.254.564	0,20%	1.248.143	0,14%	-0,51%
				OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	2.787.650	0,45%	5.647	0,00%	-99,80%
				TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	62.141	0,01%	62.141	0,01%	0,00%
				<b>Total</b>	<b>4.104.355</b>	<b>0,66%</b>	<b>1.315.931</b>	<b>0,14%</b>	<b>-67,94%</b>
			ESTOQUES	ALMOXARIFADO	153.576	0,02%	115.248	0,01%	-24,96%
				<b>Total</b>	<b>153.576</b>	<b>0,02%</b>	<b>115.248</b>	<b>0,01%</b>	<b>-24,96%</b>
			<b>Total</b>		<b>6.118.862</b>	<b>0,98%</b>	<b>3.664.704</b>	<b>0,40%</b>	<b>-40,11%</b>
			ATIVO NAO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	BENS IMOVEIS	549.981.196	88,18%	851.261.741	92,30%
		BENS MOVEIS			78.525.531	12,59%	84.277.294	9,14%	7,32%
		DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA			(10.970.525)	-1,76%	(16.959.876)	-1,84%	54,59%
		<b>Total</b>			<b>617.536.202</b>	<b>99,02%</b>	<b>918.579.158</b>	<b>99,60%</b>	<b>48,75%</b>
		INTANGIVEL		MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	1.948	0,00%	1.948	0,00%	0,00%
				SOFTWARES	13.900	0,00%	14.678	0,00%	5,60%
				<b>Total</b>	<b>15.848</b>	<b>0,00%</b>	<b>16.626</b>	<b>0,00%</b>	<b>4,91%</b>
		INVESTIMENTOS		DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	40	0,00%	40	0,00%	0,00%
				<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>0,00%</b>	<b>40</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
		<b>Total</b>			<b>617.552.091</b>	<b>99,02%</b>	<b>918.595.825</b>	<b>99,60%</b>	<b>48,75%</b>
		<b>Total</b>			<b>623.670.953</b>	<b>100,00%</b>	<b>922.260.529</b>	<b>100,00%</b>	<b>47,88%</b>
		<b>Total</b>			<b>623.670.953</b>	<b>100,00%</b>	<b>922.260.529</b>	<b>100,00%</b>	<b>47,88%</b>

## **1. Revisão Analítica do Ativo**

### **1.1 - Caixa e equivalentes em moeda nacional**

A variação positiva de 20,02% de 2015 em relação à 2014 foi ocasionada, principalmente pelo recebimento de recursos oriundos dos acordos de cooperação técnica UFRA X FAPESPA, cujo objeto é o pagamento de cotas de bolsas para estudantes da graduação e pós-graduação.

1.1.1.1.1.02.06 - CTU - recursos da conta única aplicados - R\$ 581.324,14

1.1.1.1.2.20.01 - limite de Saque com vinculação de pgto.-OFSS - R\$ 1.652.200,91

Os valores acima demonstram a composição do saldo final de 2015 no valor de R\$ 2.233.525,05.

A aplicação financeira dos recursos provenientes dos Acordos citados acima foi iniciada em 01/12/2015 a partir da autorização concedida através do Ofício Circular N° 32/2015-GAB/SPO/SE/MEC de 29 de outubro de 2015.

### **1.2 – Outros Creditos A Receber E Valores A Curto Prazo**

A redução de 99,8% deste grupo em relação ao ano de 2014 foi provocada pela mudança dos parâmetros de contabilização da conta *1.1.2.1.6.01.01-Recursos a receber por transferência TED – Termo de Execução Descentralizada* após a implantação do Novo PCASP em 2015. O saldo desta conta foi transferido em 2015 para movimentação através da conta *8.2.2.2.4.09.02 - RP Autorizado por Destaque - A Receber*.

O saldo presente neste grupo no valor de R\$ 5.647 refere-se aos Créditos a Receber por Cessão de Pessoal à Prefeitura Municipal de Paragominas-PA.

### **1.3 – Bens Imóveis**

A Análise Vertical mostra que a conta de Bens Imóveis é de grande expressividade no grupo, pois no ano 2014 representava 88,18% do total do Ativo e em 2015 passou a representar 92,3%. A Análise Horizontal apresenta uma evolução positiva de 54,78% em 2015 comparativamente ao ano de 2014.

O principal fator de crescimento dos valores contabilizados na conta de Bens Imóveis no exercício de 2015 foi o lançamento de Reavaliação de Imóveis de Uso Especial no SPIUnet em 11 de fevereiro de 2015 no valor de R\$ 295.172.550,00.

Outro fator que contribuiu para o aumento do percentual do Grupo de Bens Imóveis pode ser atribuído à conta *Obras em Andamento*, que apresentou crescimento de R\$ 6.107.994,39.

#### 1.4 – Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada

A evolução de 54,59% deste grupo de contas no ano de 2015 em relação a 2014 demonstra uma tendência de crescimento em razão das aquisições de materiais permanentes que são constantes e conseqüentemente resultam no cálculo obrigatório da sua depreciação.

O cálculo da depreciação dos Bens Móveis reflete diretamente na VPD 33311.01.00 – Depreciação de Bens Móveis e, por conseguinte, no resultado do exercício demonstrado no Patrimônio Líquido.

A Universidade Federal Rural da Amazônia efetua o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos pelo item 27 da macrofunção 02.03.30, o qual estabelece uma tabela de vida útil para os bens móveis sujeitos à depreciação juntamente com o percentual aplicável a cada bem para se efetuar o cálculo. Além disso, estabelece o método das cotas constantes para utilização por todos os órgãos como forma de padronização dos procedimentos da Administração Pública Federal direta e indireta e assim propiciando a geração de dados comparáveis e consistentes que facilitam a análise e tomada de decisões.

<b>Grupo de Bens Móveis Conta Contábil</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>
123110101	149.997,06
123110102	71.576,84
123110103	1.610.053,64
123110104	5.289,76
123110105	23.625,97
123110106	31.034,44
123110107	246.806,51
123110108	1.514,92
123110109	33.559,47
123110120	704.219,21
123110121	4.864,44
123110124	2.611,24
123110125	339.678,18
123110201	7.739.503,76
123110301	1.064.062,72
123110302	2.175,86
123110303	1.954.915,51
123110402	521.901,20
123110405	260.865,07
123110501	18.950,03
123110503	1.802.614,35
<b>Saldo em Dez. 2015</b>	<b>16.589.820,18</b>

Nos dias 07.12.2015 e 31.12.2015, a CCONT/STN, com base nas informações do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet, fez o lançamento automático no SIAFI da depreciação dos bens imóveis dos órgãos da administração pública federal. A depreciação de bens imóveis referente a 2015 foi registrada diretamente no Resultado do Exercício.

No novo Plano de Contas, que passou a vigorar em 1º de janeiro 2015, há a segregação de contas tanto para o registro da variação patrimonial diminutiva quanto para o registro da depreciação acumulada.

O registro da Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis passou a utilizar a conta 123810200 para distinguir da Depreciação Acumulada de Bens Móveis, cuja conta é 123810100. Quanto ao registro da variação patrimonial diminutiva, foram utilizadas as contas de depreciação de bens móveis a 33311.01.00 e 33311.02.00 para os bens imóveis.

<b>Grupo de Bens Imóveis Conta Contábil</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>
123210101	1.940,00
123210107	368.115,86
<b>Saldo em Dez.2015</b>	<b>370.055,86</b>

## 2. Revisão Analítica\_Passivo Circulante e Não Circulante

Órgão UGE		Grupo	Subgrupo	Mês Lançamento	2014		2015		AH%		
				Título	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%			
26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	PASSIVO CIRCULANTE	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	669.379	15,50%	21.568	0,61%	-96,78%		
				VALORES RESTITUIVEIS	134.278	3,11%	576.241	16,26%	329,14%		
				<b>Total</b>	<b>803.657</b>	<b>18,61%</b>	<b>597.809</b>	<b>16,87%</b>	<b>-25,61%</b>		
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	3.514.396	81,39%	2.945.988	83,13%	-16,17%		
				<b>Total</b>	<b>3.514.396</b>	<b>81,39%</b>	<b>2.945.988</b>	<b>83,13%</b>	<b>-16,17%</b>		
			OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR			0	0,00%	0,00%		
				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			0	0,00%	0,00%		
				PESSOAL A PAGAR			0	0,00%	0,00%		
			<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>			
			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGACOES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS	18	0,00%	0	0,00%	-100,00%		
				OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO			0	0,00%	0,00%		
				<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>		
			<b>Total</b>				<b>4.318.071</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.543.797</b>	<b>100,00%</b>	<b>-17,93%</b>
			<b>Total</b>				<b>4.318.071</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.543.797</b>	<b>100,00%</b>	<b>-17,93%</b>

## **2 – Revisão Analítica do Passivo**

A UFRA possui seus Passivos totalmente dentro do Grupo de Passivos Circulantes em razão de não ter obtido compromissos a pagar em longo Prazo, ou seja, não possui dívidas ou obrigações que perdurem mais de um exercício financeiro.

### **2.1 – Outras Obrigações A Curto Prazo**

No exercício de 2015 esta conta perdeu sua representatividade dentro do grupo do Passivo Circulante, reduzindo de 15,5% em 2014 para 0,61% em 2015. Horizontalmente sofreu redução 96,78%. A Análise dos dados contábeis no SIAFI permitiu identificar que o saldo final de 2015 encontra-se na conta *Repasses Recebidos Diferidos* (21892.39.02), e foi lançado em 31/12/2015 pela Coordenação geral de Contabilidade – Ccont/STN pela apuração do processo de inscrição do Diferido e/ou recursos a receber/Liberar com base no saldo das disponibilidades por fonte de recursos.

### **2.2 – Valores Restituíveis**

Este grupo de contas ganhou significância em relação ao total do passivo no exercício de 2015 comparativamente ao ano de 2014, aumentando de 3,11% em 2014 para 16,26% no encerramento do último exercício. Foi identificado horizontalmente um crescimento de 329,14% em relação ao ano de 2014.

Os Valores Restituíveis são compostos por impostos retidos dos fornecedores (INSS, ISS e Impostos Federais) pendentes de recolhimento. Esta conta não possui uma tendência de crescimento definida, pois depende dos ingressos dos processos de liquidação de despesas com fornecedores no departamento financeiro.

### **2.3 – Fornecedores E Contas A Pagar A Curto Prazo**

A conta de fornecedores a pagar obtém elevada expressividade dentro do Passivo, pois representava 81,39% do total do grupo em 2014 e no encerramento de 2015 apresentou 83,13%. Analisando horizontalmente a conta obteve uma redução de 16,17%. Esta redução pode ser justificada pelas mesmas razões da conta *Valores Restituíveis*.

### 3. Revisão Analítica\_PL

Órgão UGE		Grupo	Subgrupo	Mês Lançamento Título	2014		2015		AH%
					Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	
26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	PATRIMONIO LIQUIDO	DEMAIS RESERVAS	RESERVA DE REAVALIACAO	0		295.172.550	32,13%	
				<b>Total</b>			<b>295.172.550</b>	<b>32,13%</b>	
			RESULTADOS ACUMULADOS	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	619.352.882	100,00%	623.544.181	67,87%	0,68%
				<b>Total</b>	<b>619.352.882</b>	<b>100,00%</b>	<b>623.544.181</b>	<b>67,87%</b>	<b>0,68%</b>
			<b>Total</b>		<b>619.352.882</b>	<b>100,00%</b>	<b>918.716.731</b>	<b>100,00%</b>	<b>48,33%</b>
<b>Total</b>				<b>619.352.882</b>	<b>100,00%</b>	<b>918.716.731</b>	<b>100,00%</b>	<b>48,33%</b>	

### 3 – Revisão Analítica do Patrimônio Líquido

#### 3.1 – Reserva de Reavaliação

A movimentação da conta Reserva de Reavaliação em 2015 foi iniciada em razão do lançamento de Reavaliação de Imóveis de Uso Especial no SPIUnet em 11 de fevereiro de 2015 no valor de R\$ 295.172.550,00.

#### 3.2 – Superávits ou Déficits Acumulados

A conta apresenta um crescimento real no valor de R\$ 4.191.299 resultante da diferença entre as VPA e VPD, representou horizontalmente aumento de 0,68%.

#### 4. Revisão Analítica\_VPA

Órgão UGE	Grupo	Subgrupo	Mês Lançamento			31/01/2015			28/02/2015			31/03/2015			30/04/2015			31/05/2015		
			Título	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%			
26253	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT	EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV	VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE	25.879,05	0,17%	21.321,50	0,22%	-17,61%	254.595,70	1,64%	1094,08%	34.640,00	0,22%	-86,39%	30.478,80	0,19%	-12,01%		
			<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>25.879,05</b>	<b>0,17%</b>	<b>21.321,50</b>	<b>0,22%</b>	<b>-17,61%</b>	<b>254.595,70</b>	<b>1,64%</b>	<b>1094,08%</b>	<b>34.640,00</b>	<b>0,22%</b>	<b>-86,39%</b>	<b>30.478,80</b>	<b>0,19%</b>	<b>-12,01%</b>		
			VENDA DE MERCADORIAS	VENDA BRUTA DE MERCADORIAS											137,00	0,00%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%
		<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>25.879,05</b>	<b>0,17%</b>	<b>21.321,50</b>	<b>0,22%</b>	<b>-17,61%</b>	<b>254.595,70</b>	<b>1,64%</b>	<b>1094,08%</b>	<b>34.777,00</b>	<b>0,22%</b>	<b>-86,34%</b>	<b>30.478,80</b>	<b>0,19%</b>	<b>-12,36%</b>			
		VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIR	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANC. E APLIC. FINAN	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS																
		<b>Total</b>	<b>Total</b>																	
		TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAM ENT.	4.281.367,00	28,03%	48.922,92	0,50%	-98,86%	1.676.687,27	10,82%	3327,20%	2.135.239,00	13,52%	27,35%	1.195.490,00	7,39%	-44,01%		
				TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA	10.653.948,14	69,75%	9.687.794,27	99,26%	-9,07%	13.545.553,44	87,43%	39,82%	13.627.740,63	86,26%	0,61%	14.578.841,74	90,12%	6,98%		
				<b>Total</b>	<b>14.935.315,14</b>	<b>97,79%</b>	<b>9.736.717,19</b>	<b>99,76%</b>	<b>-34,81%</b>	<b>15.222.240,71</b>	<b>98,25%</b>	<b>56,34%</b>	<b>15.762.979,63</b>	<b>99,77%</b>	<b>3,55%</b>	<b>15.774.331,74</b>	<b>97,51%</b>	<b>0,07%</b>		
			<b>Total</b>	<b>14.935.315,14</b>	<b>97,79%</b>	<b>9.736.717,19</b>	<b>99,76%</b>	<b>-34,81%</b>	<b>15.222.240,71</b>	<b>98,25%</b>	<b>56,34%</b>	<b>15.762.979,63</b>	<b>99,77%</b>	<b>3,55%</b>	<b>15.774.331,74</b>	<b>97,51%</b>	<b>0,07%</b>			
	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEMPASSI	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	297.871,10	1,95%	872,20	0,01%	-99,71%	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%	371.507,56	2,30%	100,00%				
			<b>Total</b>	<b>297.871,10</b>	<b>1,95%</b>	<b>872,20</b>	<b>0,01%</b>	<b>-99,71%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>371.507,56</b>	<b>2,30%</b>	<b>100,00%</b>			
	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.538,44	0,04%	797,44	0,01%	-85,60%	831,95	0,01%	4,33%	852,98	0,01%	2,53%	852,98	0,01%	0,00%			
			MULTAS ADMINISTRATIVAS	8.791,42	0,06%	0,00	0,00%	-100,00%	15.908,25	0,10%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%			
		<b>Total</b>	<b>14.329,86</b>	<b>0,09%</b>	<b>797,44</b>	<b>0,01%</b>	<b>-94,44%</b>	<b>16.740,20</b>	<b>0,11%</b>	<b>1999,24%</b>	<b>852,98</b>	<b>0,01%</b>	<b>-94,90%</b>	<b>852,98</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,00%</b>				
	<b>Total</b>	<b>15.273.395,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.759.708,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>-36,10%</b>	<b>15.493.576,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>58,75%</b>	<b>15.798.609,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,97%</b>	<b>16.177.171,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,40%</b>					
	<b>Total</b>			<b>15.273.395,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.759.708,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>-36,10%</b>	<b>15.493.576,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>58,75%</b>	<b>15.798.609,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,97%</b>	<b>16.177.171,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,40%</b>			

30/06/2015			31/07/2015			31/08/2015			30/09/2015			31/10/2015			30/11/2015			31/12/2015			2015	
Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Total 2015 - R\$	AV%
28.785,00	0,18%	-5,56%	312.870,00	2,16%	986,92%	15.280,00	0,13%	-95,12%	21.020,00	0,14%	37,57%	27.869,00	0,24%	32,58%	49.950,40	0,26%	79,23%	20.671,20	0,11%	-58,62%	843.360,65	0,47%
<b>28.785,00</b>	<b>0,18%</b>	<b>-5,56%</b>	<b>312.870,00</b>	<b>2,16%</b>	<b>986,92%</b>	<b>15.280,00</b>	<b>0,13%</b>	<b>-95,12%</b>	<b>21.020,00</b>	<b>0,14%</b>	<b>37,57%</b>	<b>27.869,00</b>	<b>0,24%</b>	<b>32,58%</b>	<b>49.950,40</b>	<b>0,26%</b>	<b>79,23%</b>	<b>20.671,20</b>	<b>0,11%</b>	<b>-58,62%</b>	<b>843.360,65</b>	<b>0,47%</b>
5.431,00	0,03%	100,00%	300,00	0,00%	-94,48%	145,00	0,00%	-51,67%	71,00	0,00%	-51,03%	0,00	0,00%	-100,00%	107,00	0,00%	100,00%	0,00	0,00%	-100,00%	6.191,00	0,00%
<b>5.431,00</b>	<b>0,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>300,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-94,48%</b>	<b>145,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-51,67%</b>	<b>71,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-51,03%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>107,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>6.191,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>34.216,00</b>	<b>0,21%</b>	<b>12,26%</b>	<b>313.170,00</b>	<b>2,16%</b>	<b>815,27%</b>	<b>15.425,00</b>	<b>0,14%</b>	<b>-95,07%</b>	<b>21.091,00</b>	<b>0,14%</b>	<b>36,73%</b>	<b>27.869,00</b>	<b>0,24%</b>	<b>32,14%</b>	<b>50.057,40</b>	<b>0,26%</b>	<b>79,62%</b>	<b>20.671,20</b>	<b>0,11%</b>	<b>-58,71%</b>	<b>849.551,65</b>	<b>0,47%</b>
																		5.024,14	0,03%	100,00%	5.024,14	0,00%
																		<b>5.024,14</b>	<b>0,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.024,14</b>	<b>0,00%</b>
																		<b>5.024,14</b>	<b>0,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.024,14</b>	<b>0,00%</b>
120.587,02	0,75%	-89,91%	749.490,00	5,18%	521,53%	468.871,00	4,11%	-37,44%	1.355.421,00	8,94%	189,08%	116.163,00	1,02%	-91,43%	226.444,31	1,17%	94,94%	4.547.705,50	24,08%	1908,31%	16.922.388,02	9,44%
16.014.977,84	99,04%	9,85%	13.418.775,67	92,66%	-16,21%	10.926.884,45	95,76%	-18,57%	13.784.992,70	90,92%	26,16%	11.240.186,32	98,73%	-18,46%	19.062.776,66	98,57%	69,59%	14.315.703,30	75,79%	-24,90%	160.858.175,16	89,69%
<b>16.135.564,86</b>	<b>99,79%</b>	<b>2,29%</b>	<b>14.168.265,67</b>	<b>97,83%</b>	<b>-12,19%</b>	<b>11.395.755,45</b>	<b>99,86%</b>	<b>-19,57%</b>	<b>15.140.413,70</b>	<b>99,86%</b>	<b>32,86%</b>	<b>11.356.349,32</b>	<b>99,75%</b>	<b>-24,99%</b>	<b>19.289.220,97</b>	<b>99,74%</b>	<b>69,85%</b>	<b>18.863.408,80</b>	<b>99,86%</b>	<b>-2,21%</b>	<b>177.780.563,18</b>	<b>99,13%</b>
<b>16.135.564,86</b>	<b>99,79%</b>	<b>2,29%</b>	<b>14.168.265,67</b>	<b>97,83%</b>	<b>-12,19%</b>	<b>11.395.755,45</b>	<b>99,86%</b>	<b>-19,57%</b>	<b>15.140.413,70</b>	<b>99,86%</b>	<b>32,86%</b>	<b>11.356.349,32</b>	<b>99,75%</b>	<b>-24,99%</b>	<b>19.289.220,97</b>	<b>99,74%</b>	<b>69,85%</b>	<b>18.863.408,80</b>	<b>99,86%</b>	<b>-2,21%</b>	<b>177.780.563,18</b>	<b>99,13%</b>
0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	670.250,86	0,37%
<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>670.250,86</b>	<b>0,37%</b>									
<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>670.250,86</b>	<b>0,37%</b>									
278,62	0,00%	-67,34%	396,62	0,00%	42,35%	107,21	0,00%	-72,97%	287,97	0,00%	168,60%	107,21	0,00%	-62,77%	107,21	0,00%	0,00%	107,21	0,00%	0,00%	10.265,84	0,01%
0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	24.699,67	0,01%
<b>278,62</b>	<b>0,00%</b>	<b>-67,34%</b>	<b>396,62</b>	<b>0,00%</b>	<b>42,35%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>-72,97%</b>	<b>287,97</b>	<b>0,00%</b>	<b>168,60%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>-62,77%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>34.965,51</b>	<b>0,02%</b>
<b>278,62</b>	<b>0,00%</b>	<b>-67,34%</b>	<b>396,62</b>	<b>0,00%</b>	<b>42,35%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>-72,97%</b>	<b>287,97</b>	<b>0,00%</b>	<b>168,60%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>-62,77%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>34.965,51</b>	<b>0,02%</b>
<b>16.170.059,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,04%</b>	<b>14.481.832,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>-10,44%</b>	<b>11.411.287,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>-21,20%</b>	<b>15.161.792,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>32,87%</b>	<b>11.384.325,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>-24,91%</b>	<b>19.339.385,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>69,88%</b>	<b>18.889.211,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,33%</b>	<b>179.340.355,34</b>	<b>100,00%</b>
<b>16.170.059,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,04%</b>	<b>14.481.832,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>-10,44%</b>	<b>11.411.287,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>-21,20%</b>	<b>15.161.792,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>32,87%</b>	<b>11.384.325,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>-24,91%</b>	<b>19.339.385,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>69,88%</b>	<b>18.889.211,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,33%</b>	<b>179.340.355,34</b>	<b>100,00%</b>

#### **4. Revisão analítica Variação Patrimonial Aumentativa - VPA:**

##### **4.1 - Exploração De Bens E Direitos E Prestação De Serviços**

Analisando horizontalmente este grupo da VPA convém destacar do balancete a “Conta Contábil 433110100 - Valor Bruto Exploração de Bens, Direitos e Serviços” dos meses de março e julho, pois apresentaram respectivamente 1094,08% e 986,92% como taxa de crescimento em relação ao mês anterior. Tais valores discrepantes se deram em função do repasse em forma de GRU da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa – FAPESPA para atender aos acordos de cooperação firmados com a UFRA cujo objetivo é o fomento à iniciação científica e à pesquisa repassando auxílios aos discentes de graduação e pós-graduação participantes dos programas. Após o pagamento das GRU's pela FAPESPA, os valores invariavelmente são recolhidos para nossa fonte de recursos próprios juntamente com os valores arrecadados pelas unidades prestadoras de serviço da universidade, tais como o HOVET e a Biblioteca. Como os repasses da FAPESPA são bem maiores que os valores normalmente arrecadados pela Universidade, houve o registro desses significativos percentuais na conta aqui referida.

##### **4.2 - Transferências Intragovernamentais**

Após análise vertical do mês de janeiro há de se ressaltar o Grupo “Transferências e Delegações Recebidas”, o qual correspondeu através das transferências intragovernamentais ao percentual de 97,79% na VPA, sendo R\$ 4.281.367,00 recebidos na Conta Contábil 451220100 - Transferências Recebidas Para Pagamento de Restos a Pagar e R\$ 10.653.948,14 recebidos para execução orçamentária, devendo-se destacar o pagamento da FOPAG-JAN/2015 e a baixa automática do SIAFI de valores diferidos.

Já em termos horizontais verificamos que recebemos valores relativamente regulares para pagamento de restos a pagar no exercício de 2015, com exceção do mês de fevereiro em razão da baixa quantidade de liquidações e do mês de dezembro, que além do repasse referente ao próprio mês, recebeu remanejamento de mais de 3.500.000,00 realizado pela SPO/MEC, o que resultou no expressivo valor de R\$ 4.547.705,50(1908,31%). Em relação às transferências recebidas para execução orçamentária, os valores não variaram muito, excetuando-se os meses de junho e novembro, que usualmente possuem as folhas mais onerosas ao longo no ano.

##### **4.3 - Ganhos Com Desincorporacao De Passivos**

Os valores mais significativos podem ser verificados no mês de janeiro devido à baixa dos recursos a liberar por transferência - ted, em função da mudança de critérios contábeis após a implantação do plano de contas aplicado ao setor público – PCASP; e no mês de maio devido à baixa de recursos diferidos ajustada pela SPO/MEC.

#### **4.4 - Conclusão da revisão analítica da VPA**

É evidente que as transferências intragovernamentais oriundas do tesouro nacional compõem quase que na totalidade (99,13%) a Variação Patrimonial Aumentativa, sendo atualmente de suma importância para o funcionamento da UFRA. A expressividade da conta de transferências intragovernamentais mostra que o funcionamento da Universidade depende dos repasses orçamentários para o cumprimento das obrigações com as despesas obrigatórias e discricionárias.

## 5. Revisão Analítica\_VPD

Órgão UGE	Grupo	Mês Lançamento	31/01/2015			28/02/2015			31/03/2015			30/04/2015			30/05/2015			30/06/2015		
			Subgrupo	Movimento	AV%	Movimento	AV%	AH%	Movimento	AV%	AH%	Movimento	AV%	AH%	Movimento	AV%	AH%	Movimento	AV%	AH%
				Líquido - R\$		Líquido - R\$			Líquido - R\$			Líquido - R\$			Líquido - R\$			Líquido - R\$		
26253	PESSOAL E ENCARGOS	BENEFICIOS A PESSOAL	409.784,39	2,97%	364.411,46	2,69%	-11,07%	362.839,09	2,57%	-0,43%	360.053,54	2,63%	-0,77%	361.933,50	2,78%	0,52%	366.530,41	2,24%	1,27%	
		ENCARGOS PATRONAIS	1.150.286,25	8,33%	1.112.722,64	8,22%	-3,27%	1.198.472,00	8,47%	7,71%	1.200.753,78	8,79%	0,19%	1.200.563,75	9,22%	-0,02%	1.216.000,18	7,43%	1,29%	
		REMUNERACAO A PESSOAL	5.911.261,09	42,79%	6.016.560,58	44,46%	1,78%	6.299.876,21	44,54%	4,71%	6.243.475,35	45,68%	-0,90%	6.265.484,48	48,10%	0,35%	8.575.152,86	52,37%	36,86%	
		<b>Total</b>	<b>7.471.331,73</b>	<b>54,08%</b>	<b>7.493.694,68</b>	<b>55,38%</b>	<b>0,30%</b>	<b>7.861.187,30</b>	<b>55,57%</b>	<b>4,90%</b>	<b>7.804.282,67</b>	<b>57,10%</b>	<b>-0,72%</b>	<b>7.827.981,73</b>	<b>60,09%</b>	<b>0,30%</b>	<b>10.157.683,45</b>	<b>62,03%</b>	<b>29,76%</b>	
	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.517.645,36	10,99%	1.516.652,44	11,21%	-0,07%	1.653.939,28	11,69%	9,05%	1.628.990,42	11,92%	-1,51%	1.627.460,72	12,49%	-0,09%	2.376.798,48	14,51%	46,04%	
		OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC	16.490,23	0,12%	59.508,97	0,44%	260,87%	1.605,69	0,01%	-97,30%	1.704,24	0,01%	6,14%	(14.061,22)	-0,11%	-925,07%	1.182,64	0,01%	-108,41%	
		PENSOES	512.533,54	3,71%	563.859,86	4,17%	10,01%	595.104,90	4,21%	5,54%	547.466,18	4,01%	-8,01%	592.766,96	4,55%	8,27%	871.410,72	5,32%	47,01%	
		<b>Total</b>	<b>2.046.669,13</b>	<b>14,81%</b>	<b>2.140.021,27</b>	<b>15,81%</b>	<b>4,56%</b>	<b>2.250.649,87</b>	<b>15,91%</b>	<b>5,17%</b>	<b>2.178.160,84</b>	<b>15,94%</b>	<b>-3,22%</b>	<b>2.206.166,46</b>	<b>16,94%</b>	<b>1,29%</b>	<b>3.249.391,84</b>	<b>19,84%</b>	<b>47,29%</b>	
	USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	473.001,63	3,42%	485.252,99	3,59%	2,59%	493.123,61	3,49%	1,62%	482.006,74	3,53%	-2,25%	498.331,22	3,83%	3,39%	499.178,50	3,05%	0,17%	
		SERVICOS	837.043,62	6,06%	2.857.585,10	21,12%	241,39%	2.777.159,89	19,63%	-2,81%	2.621.486,49	19,18%	-5,61%	1.916.988,79	14,72%	-26,87%	1.823.140,69	11,13%	-4,90%	
		USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	56.698,40	0,41%	170.803,22	1,26%	201,25%	191.193,17	1,35%	11,94%	118.306,10	0,87%	-38,12%	85.958,35	0,66%	-27,34%	87.076,20	0,53%	1,30%	
		<b>Total</b>	<b>1.366.743,65</b>	<b>9,89%</b>	<b>3.513.641,31</b>	<b>25,97%</b>	<b>157,08%</b>	<b>3.461.476,67</b>	<b>24,47%</b>	<b>-1,48%</b>	<b>3.221.799,33</b>	<b>23,57%</b>	<b>-6,92%</b>	<b>2.501.278,36</b>	<b>19,20%</b>	<b>-22,36%</b>	<b>2.409.395,39</b>	<b>14,71%</b>	<b>-3,67%</b>	
	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS																		
		TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAME NTAIS	5.538,44	0,04%	917,44	0,01%	-83,44%	59.567,47	0,42%	6392,79%	852,98	0,01%	-98,57%	1.032,98	0,01%	21,10%	3.329,02	0,02%	222,27%	
		<b>Total</b>	<b>5.538,44</b>	<b>0,04%</b>	<b>917,44</b>	<b>0,01%</b>	<b>-83,44%</b>	<b>59.567,47</b>	<b>0,42%</b>	<b>6392,79%</b>	<b>852,98</b>	<b>0,01%</b>	<b>-98,57%</b>	<b>1.032,98</b>	<b>0,01%</b>	<b>21,10%</b>	<b>3.329,02</b>	<b>0,02%</b>	<b>222,27%</b>	
	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	2.787.649,75	20,18%	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
		INCORPORACAO DE PASSIVOS						25.343,09	0,18%		36.418,65	0,27%	43,70%	62.338,39	0,48%	71,17%	80.137,30	0,49%	28,55%	
		<b>Total</b>	<b>2.787.649,75</b>	<b>20,18%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>25.343,09</b>	<b>0,18%</b>	<b>100,00%</b>	<b>36.418,65</b>	<b>0,27%</b>	<b>100,00%</b>	<b>62.338,39</b>	<b>0,48%</b>	<b>71,17%</b>	<b>80.137,30</b>	<b>0,49%</b>	<b>28,55%</b>	
	TRIBUTARIAS	CONTRIBUICOES			346,70	0,00%	100,00%	210,52	0,00%	-39,28%	478,94	0,00%	127,50%	0,00	0,00%	-100,00%	609,97	0,00%	100,00%	
		<b>Total</b>			<b>346,70</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>210,52</b>	<b>0,00%</b>	<b>-39,28%</b>	<b>478,94</b>	<b>0,00%</b>	<b>127,50%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>609,97</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>	
	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS						54.309,14	0,38%	100,00%	55.254,18	0,40%	1,74%	96.585,85	0,74%	74,80%	50.164,98	0,31%	-48,06%	
		INCENTIVOS	137.084,14	0,99%	383.576,94	2,83%	179,81%	432.706,56	3,06%	12,81%	370.211,96	2,71%	-14,44%	331.227,48	2,54%	-10,53%	424.200,48	2,59%	28,07%	
		<b>Total</b>	<b>137.084,14</b>	<b>0,99%</b>	<b>383.576,94</b>	<b>2,83%</b>	<b>179,81%</b>	<b>487.015,70</b>	<b>3,44%</b>	<b>26,97%</b>	<b>425.466,14</b>	<b>3,11%</b>	<b>-12,64%</b>	<b>427.813,33</b>	<b>3,28%</b>	<b>0,55%</b>	<b>474.365,46</b>	<b>2,90%</b>	<b>10,88%</b>	
	<b>Total</b>			<b>13.815.016,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.532.198,34</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,05%</b>	<b>14.145.450,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,53%</b>	<b>13.667.459,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3,38%</b>	<b>13.026.611,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4,69%</b>	<b>16.374.912,43</b>	<b>100,00%</b>	<b>25,70%</b>

31/07/2015			31/08/2015			30/09/2015			31/10/2015			30/11/2015			31/12/2015			2015	
Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Total 2015 R\$	AV%
358.654,86	2,67%	-2,15%	361.602,33	2,87%	0,82%	361.501,60	2,63%	-0,03%	359.077,36	2,49%	-0,67%	356.419,69	1,90%	-0,74%	359.680,93	2,03%	0,91%	4.382.489,16	2,50%
1.211.372,73	9,03%	-0,38%	1.197.278,12	9,50%	-1,16%	1.235.090,99	8,99%	3,16%	1.211.901,65	8,42%	-1,88%	2.402.154,59	12,80%	98,21%	1.254.393,87	7,10%	-47,78%	15.590.990,55	8,90%
6.294.073,99	46,91%	-26,60%	6.318.247,82	50,11%	0,38%	6.330.537,81	46,10%	0,19%	6.253.410,92	43,45%	-1,22%	9.623.415,31	51,30%	53,89%	8.725.985,14	49,37%	-9,33%	82.857.481,56	47,31%
<b>7.864.101,58</b>	<b>58,61%</b>	<b>-22,58%</b>	<b>7.877.128,27</b>	<b>62,48%</b>	<b>0,17%</b>	<b>7.927.130,40</b>	<b>57,73%</b>	<b>0,63%</b>	<b>7.824.389,93</b>	<b>54,36%</b>	<b>-1,30%</b>	<b>12.381.989,59</b>	<b>66,00%</b>	<b>58,25%</b>	<b>10.340.059,94</b>	<b>58,50%</b>	<b>-16,49%</b>	<b>102.830.961,27</b>	<b>58,71%</b>
1.635.231,36	12,19%	-31,20%	1.605.483,01	12,73%	-1,82%	1.595.881,19	11,62%	-0,60%	1.633.612,89	11,35%	2,36%	2.385.416,30	12,72%	46,02%	1.631.132,57	9,23%	-31,62%	20.808.244,02	11,88%
22.282,34	0,17%	1784,12%	5.311,06	0,04%	-76,16%	5.057,58	0,04%	-4,77%	1.091,32	0,01%	-78,42%	6.297,53	0,03%	477,06%	556,46	0,00%	-91,16%	107.026,84	0,06%
566.234,07	4,22%	-35,02%	560.586,05	4,45%	-1,00%	572.520,29	4,17%	2,13%	584.110,79	4,06%	2,02%	854.243,44	4,55%	46,25%	596.575,96	3,38%	-30,16%	7.417.412,76	4,23%
<b>2.223.747,77</b>	<b>16,57%</b>	<b>-31,56%</b>	<b>2.171.380,12</b>	<b>17,22%</b>	<b>-2,35%</b>	<b>2.173.459,06</b>	<b>15,83%</b>	<b>0,10%</b>	<b>2.218.815,00</b>	<b>15,42%</b>	<b>2,09%</b>	<b>3.245.957,27</b>	<b>17,30%</b>	<b>46,29%</b>	<b>2.228.264,99</b>	<b>12,61%</b>	<b>-31,35%</b>	<b>28.332.683,62</b>	<b>16,18%</b>
499.322,96	3,72%	0,03%	499.922,13	3,97%	0,12%	500.630,88	3,65%	0,14%	501.010,61	3,48%	0,08%	501.121,45	2,67%	0,02%	556.448,79	3,15%	11,04%	5.989.351,51	3,42%
2.077.919,28	15,49%	13,97%	1.559.855,27	12,37%	-24,93%	2.625.172,76	19,12%	68,30%	3.124.923,09	21,71%	19,04%	1.987.127,58	10,59%	-36,41%	4.213.202,03	23,84%	112,02%	28.421.604,59	16,23%
175.757,80	1,31%	101,84%	124.072,10	0,98%	-29,41%	56.668,86	0,41%	-54,33%	132.990,65	0,92%	134,68%	117.822,80	0,63%	-11,41%	99.856,84	0,56%	-15,25%	1.417.204,49	0,81%
<b>2.753.000,04</b>	<b>20,52%</b>	<b>14,26%</b>	<b>2.183.849,50</b>	<b>17,32%</b>	<b>-20,67%</b>	<b>3.182.472,50</b>	<b>23,18%</b>	<b>45,73%</b>	<b>3.758.924,35</b>	<b>26,12%</b>	<b>18,11%</b>	<b>2.606.071,83</b>	<b>13,89%</b>	<b>-30,67%</b>	<b>4.869.507,66</b>	<b>27,55%</b>	<b>86,85%</b>	<b>35.828.160,59</b>	<b>20,46%</b>
									15.761,44	0,11%		0,00	0,00%		0,00	0,00%		15.761,44	0,01%
21.436,62	0,16%	543,93%	107,21	0,00%	-99,50%	44.287,97	0,32%	41209,55%	107,21	0,00%	-99,76%	2.908,48	0,02%	2612,88%	1.480,26	0,01%	-49,11%	141.566,08	0,08%
<b>21.436,62</b>	<b>0,16%</b>	<b>543,93%</b>	<b>107,21</b>	<b>0,00%</b>	<b>-99,50%</b>	<b>44.287,97</b>	<b>0,32%</b>	<b>41209,55%</b>	<b>15.868,65</b>	<b>0,11%</b>	<b>-64,17%</b>	<b>2.908,48</b>	<b>0,02%</b>	<b>-81,67%</b>	<b>1.480,26</b>	<b>0,01%</b>	<b>-49,11%</b>	<b>157.327,52</b>	<b>0,09%</b>
0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	2.787.649,75	1,59%
57.913,91	0,43%	-27,73%	13.413,25	0,11%	-76,84%	27.979,30	0,20%	108,59%	26.024,62	0,18%	-6,99%	1.876,00	0,01%	-92,79%	34.182,19	0,19%	1722,08%	365.626,70	0,21%
<b>57.913,91</b>	<b>0,43%</b>	<b>-27,73%</b>	<b>13.413,25</b>	<b>0,11%</b>	<b>-76,84%</b>	<b>27.979,30</b>	<b>0,20%</b>	<b>108,59%</b>	<b>26.024,62</b>	<b>0,18%</b>	<b>-6,99%</b>	<b>1.876,00</b>	<b>0,01%</b>	<b>-92,79%</b>	<b>34.182,19</b>	<b>0,19%</b>	<b>1722,08%</b>	<b>3.153.276,45</b>	<b>1,80%</b>
298,97	0,00%	-50,99%	1.264,80	0,01%	323,05%	0,00	0,00%	-100,00%	3.731,95	0,03%	100,00%	489,60	0,00%	-86,88%	500,57	0,00%	2,24%	7.932,02	0,00%
<b>298,97</b>	<b>0,00%</b>	<b>-50,99%</b>	<b>1.264,80</b>	<b>0,01%</b>	<b>323,05%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>3.731,95</b>	<b>0,03%</b>	<b>100,00%</b>	<b>489,60</b>	<b>0,00%</b>	<b>-86,88%</b>	<b>500,57</b>	<b>0,00%</b>	<b>2,24%</b>	<b>7.932,02</b>	<b>0,00%</b>
59.493,79	0,44%	18,60%	54.131,33	0,43%	-9,01%	55.163,10	0,40%	1,91%	59.872,58	0,42%	8,54%	65.844,36	0,35%	9,97%	70.843,57	0,40%	7,59%	621.662,88	0,35%
438.643,94	3,27%	3,40%	306.979,14	2,43%	-30,02%	321.802,48	2,34%	4,83%	485.258,87	3,37%	50,79%	454.822,98	2,42%	-6,27%	130.536,82	0,74%	-71,30%	4.217.051,79	2,41%
<b>498.137,73</b>	<b>3,71%</b>	<b>5,01%</b>	<b>361.110,47</b>	<b>2,86%</b>	<b>-27,51%</b>	<b>376.965,58</b>	<b>2,75%</b>	<b>4,39%</b>	<b>545.131,45</b>	<b>3,79%</b>	<b>44,61%</b>	<b>520.667,34</b>	<b>2,78%</b>	<b>-4,49%</b>	<b>201.380,39</b>	<b>1,14%</b>	<b>-61,32%</b>	<b>4.838.714,67</b>	<b>2,76%</b>
<b>13.418.636,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>-18,05%</b>	<b>12.608.253,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>-6,04%</b>	<b>13.732.294,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,92%</b>	<b>14.392.885,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,81%</b>	<b>18.759.960,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>30,34%</b>	<b>17.675.376,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-5,78%</b>	<b>175.149.056,14</b>	<b>100,00%</b>
<b>13.418.636,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>-18,05%</b>	<b>12.608.253,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>-6,04%</b>	<b>13.732.294,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,92%</b>	<b>14.392.885,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,81%</b>	<b>18.759.960,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>30,34%</b>	<b>17.675.376,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-5,78%</b>	<b>175.149.056,14</b>	<b>100,00%</b>

## 5 – Revisão Analítica das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

### 5.1 – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Analisando horizontalmente as contas é possível perceber uma regularidade entre os valores pagos no decorrer dos meses, porém, nos meses de Junho e Novembro em razão do pagamento da Gratificação Natalina essas despesas sofrem uma elevação. Em Junho de 2015 houve um aumento de 29,76% do grupo Pessoal e Encargos e 47,29% de aumento do grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais em relação ao mês anterior. No mês de Novembro, o crescimento desses grupos foi de 58,50% e 12,61% respectivamente em relação ao mês de Outubro.

No mês de Dezembro também é possível destacar uma elevação das despesas de pessoal motivada pela grande quantidade de servidores que entram de férias no mês de Janeiro, assim, são antecipadas para Dezembro as despesas relativas ao Adiantamento de Gratificação Natalina, 1/3 de férias e Adiantamento de Salários.

Ao final identificamos que os grupos de contas relativos às despesas com pessoal representam 74,89% do total das despesas realizadas pela UFRA no exercício de 2015, ou seja, são contas de grande expressividade dentro do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

### 5.2 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

São contempladas neste grupo as despesas com empresas prestadoras de serviços terceirizados e pelo fato de possuir contrato continuado mensalmente ingressam notas fiscais para pagamento. Por esse motivo, assim como as despesas com pessoal, esse grupo de contas não possui uma grande variação entre os meses, salvo quando as liquidações das notas fiscais não são efetuadas dentro do mês de competência do serviço, impactando assim os meses seguintes. Como exemplo pode-se verificar os meses de Fevereiro e Setembro com aumento de 241,39% e 68,30% respectivamente em relação aos meses anteriores.

As despesas com serviços e a depreciação constam dentre as contas de maior expressividade no demonstrativo, pois representaram ao final do exercício de 2015 aproximadamente 20% do total da Variações Patrimoniais Diminutivas.

### 5.3 – Desvalorização e Perda de Ativos

#### 5.3.1 – Desincorporação de Ativos

A desincorporação de ativos foi realizada em razão de lançamentos efetuados pela Coordenação Geral de Contabilidade da STN no dia 22 de Janeiro pela baixa dos recursos a receber por transferência - TED, em função da mudança de critérios contábeis após a implantação do plano de contas aplicado ao setor público - PCASP. Verificando a Análise Vertical percebemos que esta conta representou 20,18% do total

das VPA do mês Janeiro, entretanto, em relação ao total do exercício representou apenas 1,59%.

### 5.3.2 – Incorporação de Passivos

Os lançamentos nesse grupo de contas referem-se à apropriação de passivos permanentes de exercícios anteriores para gerar débito em VPD - incorporação de passivos e crédito no passivo - isf P obedecendo às orientações recebidas através do comunica SIAFI 2015/0113979. Esta conta manteve sua movimentação de forma regular conforme necessidade de liquidações de despesas de exercícios anteriores, sejam oriundas da folha de pagamento sejam das despesas discricionárias.